INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Comissão Própria de Avaliação

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Bento Gonçalves (RS), março de 2013.

Organização:

Clarice Monteiro Escott (Reitoria)

Carolina Fontana Cartana (Reitoria)

Leonardo da Silva Cezarini (Reitoria)

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Dilma Rousseff
Presidente da República

Aloizio Mercadante
Ministro da Educação

Eliezer Moreira Pacheco
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Reitora

Giovani Silveira Petiz
Pró-reitor de Administração

Osvaldo Casares Pinto
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura de Figueiredo
Pró-reitor de Ensino

Viviane Silva Ramos
Pró-reitora de Extensão

Júlio Xandro Heck
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

Presidente (Reitora): Claudia Schiedeck Soares de Souza

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Entidade Patronal: (Simplás)

Titular: Eugênio Razzera

Suplente: Ivonir Bertollo

Titular: Edison Vladimir Martins Terterola

Suplente: Fernando Maia da Costa

Representante do Setor Público/Câmara Vereadores de Osório/RS

Titular: Denilson Silva

Suplente: Jussanã de Paula Marques

REPRESENTANTE DOS EGRESSOS

Egressos	Luís Henrique Zanini

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DOCENTES

Câmpus BG	Soeni Bellé
Câmpus BG	Marcelo Mallet Siqueira Campos (Sup.)
Câmpus Canoas	Cláudio Antônio Cardoso Leite
Câmpus Canoas	Eliane Velasco Simões Portes (sup.)
Câmpus Caxias do Sul	Rudinei Fiorio
Câmpus Caxias do Sul	André Luiz Portanova Laborde (Sup.)
Câmpus Erechim	Vinicius Karlinski de Barcellos
Câmpus Erechim	Alisson Dalsasso Corrêa de Souza (Sup.)
Câmpus Farroupilha	Ricardo Augusto Manfredini
Câmpus Farroupilha	Augusto Massashi Horiguti (Sup.)
Câmpus Feliz	Paulo Roberto Martins Berndt
Câmpus Ibirubá	Marcos Paulo Ludwig
Câmpus Ibirubá	Milena Silvester Quadros (sup.)
Câmpus Osório	Andressa Caroline Schneider

Câmpus Osório	Daniela Sanfelice (Sup.)
Câmpus POA	Marcelo Augusto Rauh Schmitt
Câmpus POA	Juliana Schimitt de Nonohay (Sup.)
Câmpus Restinga	Roben Castagna Lunardi
Câmpus Restinga	Gleison Samuel do Nascimento (Sup.)
Câmpus RG	Flávio Galdino Xavier
Câmpus RG	Marco Aurélio dos Santos Rahn (Sup.)
Câmpus Sertão	Anderson Luis Nunes
Câmpus Sertão	Fernando Machado dos Santos (Sup.)

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Câmpus BG	Fábio Augusto Marin
Câmpus BG	Carlos Alberto Trevisan (Sup.)
Câmpus Canoas	Viviane Marmentini
Câmpus Canoas	Marcos Dias Mathies (Sup.)
Câmpus Caxias do Sul	Valdinei Marcolla
Câmpus Caxias do Sul	Simão Mendes de Moraes (Sup.)
Câmpus Erechim	Ivan José Suszek
Câmpus Erechim	Cristiane Câmara (Sup.)
Câmpus Farroupilha	Thaís Roberta Koch
Câmpus Farroupilha	Eva Regina Amaral (sup.)
Câmpus Feliz	Núbia Marta Laux
Câmpus Feliz	Lilian Escandiel Crizel (sup.)
Câmpus Ibirubá	Jovani José Alberti
Câmpus Ibirubá	Tiago de Paula Leão (sup.)
Câmpus Osório	Vera Marisa Gasparetto
Câmpus Osório	Luana Monique Delgado Lopes (sup.)
Câmpus POA	Adriana de Farias Ramos
Câmpus POA	Ademir Gautério Troina Junior (Sup.)
Câmpus Restinga	Marcia Pereira Pedroso
Câmpus Restinga	Paula Porto Pedone (sup.)
Câmpus RG	Ionara Cristina Albani
Câmpus RG	Henriette de Mattos Pinto de Freitas (sup.)
Câmpus Sertão	Valéria Cristina Shu Colombelli
Câmpus Sertão	Juliana Fagundes dos Santos (sup.)

REPRESENTANTES DOS DISCENTES

Câmpus BG	Douglas Vicente Alchieri
Câmpus Canoas	Ana Maria de Oliveira Correia
Câmpus Canoas	Diego Canto Rodrigues (sup.)
Câmpus Caxias do Sul	Carla Fabiane Bonatto
Câmpus Caxias do Sul	Andréia Paula Rosa (sup.)
Câmpus Erechim	Ricardo Argenta
Câmpus Erechim	Lucas Agostini (sup.)
Câmpus Farroupilha	Sandro Lazari

Câmpus Farroupilha	Stefano Pinto Schafer (sup.)
Câmpus Feliz	Sigrid Régia Huve
Câmpus Ibirubá	Monica Delgado
Câmpus Ibirubá	Saionara da Costa Meinen (Sup.)
Câmpus Osório	Dorival José Lehnen
Câmpus Osório	Josué Silveira dos Santos (sup.)
Câmpus POA	Keone Castanho Dagani
Câmpus POA	Yuri Ferreira Machado (Sup.)
Câmpus Restinga	Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira
Câmpus Restinga	Ramon Yago da Cruz Jackes Vieira (sup.)
Câmpus RG	Luisa Pereira Balbueno
Câmpus Sertão	Victor Zangirolami Depieri

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Titular: Marcelo Machado Feres (Setec)
Suplente: Maria Clara Kaschny Schneider (IFSC)

DIRETORES DO IFRS

Bento Gonçalves	Luciano Manfroi
Canoas	Mariano Nicolao
Caxias do Sul	Tatiana Weber
Erechim	Eduardo Angonesi Predebon
Farroupilha	Melissa Dietrich da Rosa
Feliz	Giovani Forgiarini Aiub
Ibirubá	Migacir Trindade Duarte Flôres
Osório	Roberto Saouaya
Porto Alegre	Paulo Roberto Sangoi
Restinga (POA)	Gleison Samuel do Nascimento
Rio Grande	Luiz Ângelo Sobreiro Bulla
Sertão	Lenir Antonio Hannecker

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRS

Representantes do corpo docente
Clarice Monteiro Escott (Presidenta)
Mauro Maisonave de Melo (Secretário)

Representantes do corpo técnicos-administrativo
Daiane Correa da Silva
Filipe Xerxeneski da Silveira

Representantes do corpo discente
Nelson da Silva
Adriane Cristina Biasoli

Representantes da sociedade civil
Antonio Cesar Alencar Mendes
Willian Von Scharten

Representantes das Sub-comissões Próprias de Avaliação

Câmpus Canoas

Luzia Kasper - **Presidente**
Omar Junior Garcia Silveira
Geraldo Corrèa da Silveira
Bruna da Rosa Campos
Sabrina Clavé Eufrásio
Amadeu Mozarte Freitas Pinheiro
João Batista Massena
Volnei Rigatti

Câmpus Farroupilha

Edson Francisquetti – **Presidente**
Natálie Oliveira
Eva Amaral
Gilmar da Luz Junior
Bianca Bangemann
Fernanda Machado

Câmpus Caxias do Sul

Mauro Maisonave de Melo – **Presidente**
Antônio Cesar Alencar Mendes
Gabriel Lima Della Nina
Alexandra de Souza Fonseca
Rose Elaine Barcellos Duarte Arrieta
Magali Inês Pessini

Câmpus Osório

Giane Silva Santos – **Presidente**
Terrimar Ignácio Pasqualetto
Ana Paula Silva Da Luz
Liége Neukirchen

Câmpus Bento Gonçalves

Sandro Neves Soares – **Presidente**
Fátima N. Friedrich
Ricardo Brancher
Julia Marque Carvalho da Silva
Cláudia Lorenzon
Adriane Cristina Basoli
Gisele Mion Gugel

Câmpus Sertão

Luis Francisco Corrêa Ribeiro – **Presidente**
Cláudio Kuczkowski
Daiane Correa da Silva
Nátalia Sartori
Noryam Bervian Bispo
Lavínia Da Rocha Ferreira
Leonardo Lago Molssato
Willian Von Scharten
Jorgio Augusto Conte
Leonardo José Storti
Odair Vinhaga

Câmpus Porto Alegre

Bianca Smith Pilla – **Presidente**
Andréia Antonia Manoel Godinho
Jaqueline Gomes Nunes
Julian Silveira de Ávila Fontoura
Guilherme Franco Miranda
Clarice Monteiro Escott
Márcia Amaral Corrêa de Moraes
Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral
Camila Lombard Pedrazza
Cristine Stella Thomas
Denise Luzia Wolff
Lucas Gonçalves Abad
Lisiane Bôer Possa
Janete Comaru Jachetti
Caroline Rafaela Heck
Fernanda Mazziero

Câmpus Ibirubá

Suzana Ferreira da Rosa – **Presidenta**
Eduardo Matos Montezano
Aurélio Ricardo Batu Maica
Aline Terra Silveira
Rafael Rotta
Elvis Güntzel Ruppenthal
Jaqueline Brignoni Winsch
Joice Binsfeld

Câmpus Feliz

Núbia Marta Laux – **Presidenta**
Rodrigo Dullius
Rogério Foschiera
Joana Helena Paloschi
Rafael Henrique Brunetto
Luciana Zimmer
Maria da Glória Barcolo Gauer
Heloisa Helena Lopes

Câmpus Erechim

Dário Lissandro Beutler – **Presidente**
Noemi Luciane dos Santos
Luiz Gustavo de Moura da Silva Barbosa
Débora Della Vechia
Regis Nogara dos Reis
Patrícia Cristina Nienov
Andressa Lorenzoni
Fabiano Manica
Jandira Rosa
Selmar Baú
Lindanir Canello
Vladimir Farina

Câmpus Restinga

Thaís Teixeira da Silva – **Presidenta**
Hernanda Tonini
Carlos Alexandre Lopes Soares
Nelson da Silva
Pedro da Rocha Chaves
Paula Porto Pedone
Phillipi Dias Waechter de Moraes
Vera Lúcia Goulart Silva da Silva

Câmpus Rio Grande

Onorato Jonas Fagherazzi – **Presidente**
Henriette de Mattos Pinto de Freitas
Paulo Edison Rubira Silva
Artur Freitas Arocha
Andrea Bulloza Trigo Passos
Juçara Nunes da Silva
Eliza Terres Camargo
Betânia Vargas Oliveira
Claudia Turik
Gustavo Simões Teixeira
Sabrina Hax Duro Rosa
Carlos Rodrigues Rocha
Sandra Regina Santos Brasil
Darling de Andrade Lourenço

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 18

1.1 Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa 18

1.2 Ações de superação 2012-2013 27

1.3 A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades 28

1.4 Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas 31

1.5 Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada 32

1.6 Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização) 34

1.7 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa 34

1.8 Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização 36

1.9 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão 36

1.10 Ações de superação 2012-2013 37

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL 39

2.1 Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital 39

2.2 Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho 40

2.3 Ações de superação 2011-2012 41

3. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 42

3.1 Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no ifrs 43

3.2 Ouvidoria 45

3.3 Ações de superação 2012-2013 46

4. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO...47

4.1 Perfil docente - Titulação 47

4.2 Corpo técnico-administrativo 48

4.3 Políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização 49

4.4 Ações de Superação 2012-2013 49

5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS 51

5.1 Gestão institucional 51

5.2 Ações de Superação 2012-2013 52

6. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ..54

6.1Instalações gerais do IFRS 54

6.2 Ações de superação 2012-2013 58

7. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....59

7.1 SPAs e CPA: autoavaliação 59

7.2 Avaliações externas 59

7.3 Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do SINAES/MEC 60

7.4 Ações de superação 2012-2013 61

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS.....63

8.1 Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados 63

8.2 Ações de superação 2012-2013 64

9. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 65

9.1 Compatibilidade entre o termo de metas e a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de acervo, de equipamentos e materiais 66

9.2 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo 67

9.3 Alocação de recursos para apoio discente 67

9.4 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ensino básico, técnico, superior e de pós-graduação 68

9.5 Ações de superação 2012-2013 68

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 73

INTRODUÇÃO

Esse relatório busca sintetizar os resultados da autoavaliação institucional do IFRS ao longo do ano de 2012, apresentando a análise dos avanços e retrocessos nas 10 dimensões dos SINAES em comparação com os resultados de 2011.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), com sede em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O IFRS é constituído por 12 (doze) câmpus, a saber:

Nome	Cidade
Câmpus Bento Gonçalves	Bento Gonçalves
Câmpus Farroupilha	Farroupilha
Câmpus Caxias do Sul	Caxias do Sul
Câmpus Ibirubá	Ibirubá
Câmpus Erechim	Erechim
Câmpus Osório	Osório
Câmpus Canoas	Canoas
Câmpus Rio Grande	Rio Grande
Câmpus Feliz	Feliz
Câmpus Sertão	Sertão
Câmpus Restinga	Porto Alegre
Câmpus Porto Alegre	Porto Alegre

Número de câmpus do IFRS e localização

Ao longo do ano de 2012 procedeu-se as tratativas para implementação de mais quatro campus: Viamão, Rolante, Alvorada e Vacaria, aos quais devem entrar em funcionamento até dezembro de 2013.

Por força de Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) estabelece no PDI a missão de “promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região”. O PDI, ao estabelecer os valores do IFRS, garante a todos os seus câmpus a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

a) **Ética** – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;
b) **Desenvolvimento Humano** – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
c) **Inovação** – Buscar soluções às demandas apresentadas;
d) **Qualidade e Excelência** – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;
e) **Autonomia dos câmpus** – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada câmpus;
f) **Transparência –** Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
g) **Respeito** – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;
h) **Compromisso Social** – Participar efetivamente das ações sociais.

Caracterizado como instituição multicâmpus, o IFRS, no cumprimento de suas obrigações legais e propósitos de ser agente de transformação regional, articula-se com as seguintes finalidades:

I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

No ano letivo de 2012, o IFRS contou com um total de 16063 estudantes, matriculados em 25 cursos técnico-profissionalizantes de nível médio (integrado, concomitante, subseqüente e Proeja) e 25 cursos de nível superior, distribuídos conforme informações dos quadros abaixo:

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES	
Nº	**EIXO TECNOLÓGICO**
07	Ambiente, Saúde e Segurança

01	Apoio Educacional
07	Controle e Processos Industriais
09	Gestão e Negócios
02	Hospitalidade e Lazer
04	Informática e Comunicação
04	Produção Alimentícia
01	Produção e Design
06	Produção Industrial
01	Recursos Naturais
TOTAL	**42**

Fonte: Pesquisa Institucional/IFRS

CURSOS SUPERIORES	**Nº**	**ÁREAS**
Cursos Superiores de Tecnologia	14	Gestão Ambiental
		Automação Industrial
		Processos Metalúrgicos
		Logística
		Marketing
		Processos Gerenciais
		Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		Sistemas para Internet
		Alimentos
		Viticultura e Enologia
		Design de Moda
		Agronegócio
		Horticultura
		Produção de Grãos
Cursos de Licenciatura	07	Ciências Agrícolas
		Ciências da Natureza – Biologia e Química
		Educação Profissional e Tecnológica
		Física
		Formação Pedagógica de Docentes
		Matemática
		Pedagogia (PARFOR)
Cursos de Engenharia	02	Engenharia Mecânica
		Engenharia de Controle e Automação
Cursos de Bacharelado	02	Agronomia
		Zootecnia
TOTAL	25	

Fonte: Pesquisa Institucional/IFRS

Como nos anos de 2010 e 2011, respeitando a característica multicâmpus do IFRS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), juntamente com as Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs) do IFRS, apresentam os resultados do processo avaliativo realizado em 2012, através do presente Relatório de Autoavaliação, cuja estrutura busca contemplar as dez dimensões do SINAES. Cabe salientar que os instrumentos *online* que possibilitaram a consulta à comunidade interna (que contou com 4.235 participantes) e o instrumento utilizado para avaliação institucional junto à comunidade externa em 2012 contemplaram, além de questões objetivas, questões descritivas. No entanto, devido à impossibilidade de descrição nesse relatório, as mesmas estão sistematizadas e analisadas nos Relatórios de Autoavaliação dos câmpus e poderão ser verificados pelas Comissões de Avaliação Externas. Nesse sentido, esse Relatório de Autoavaliação pretende apresentar os resultados do processo avaliativo de 2012 de uma forma geral, e caberá às SPAs de cada câmpus disseminar e discutir as possibilidades de implementação das ações de superação específicas a sua realidade junto às suas direções.

O Programa de Avaliação Institucional coordenado pela CPA e pelas SPAs foi organizado de forma a buscar elementos junto às Direções dos câmpus e à comunidade acadêmica. Tais resultados foram cruzados com as metas estabelecidas no PDI, as políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no PPI, bem como no Termo de Metas, buscando identificar os indicadores já alcançados, àqueles que precisam ser consolidados e/ou implantados.

O relato dos resultados, bem como a definição de ações de superação, busca contemplar as especificidades e diversidades de uma instituição multicâmpus e, ao mesmo tempo, possibilitar um olhar geral ao cenário do IFRS.

O conteúdo expresso nesse relatório e nos relatórios específicos dos câmpus será objeto de análise e discussão junto ao CONSUP, Reitoria, Direções e comunidade escolar e acadêmica, como forma de produzir sentidos à avaliação institucional, consolidar a cultura de autoavaliação no IFRS e contribuir com o planejamento institucional.

1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

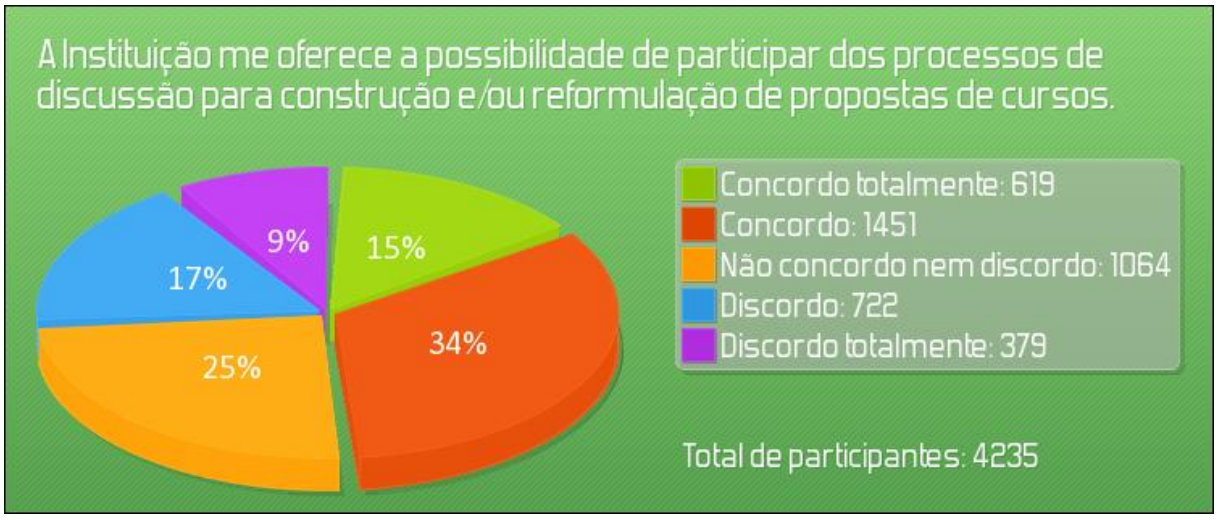
Neste item avalia-se conjuntamente as Dimensões 1 e 2 do SINAES.

A dimensão da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional toma proporção fundamental na medida em que o IFRS vem consolidando a proposta de verticalização e de horizontalidade nos âmbitos do ensino básico, técnico, graduação (através dos cursos tecnológicos, engenharias e de licenciaturas), da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, fundamentadas pelas políticas de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociada definidas em 2012 no PPI.

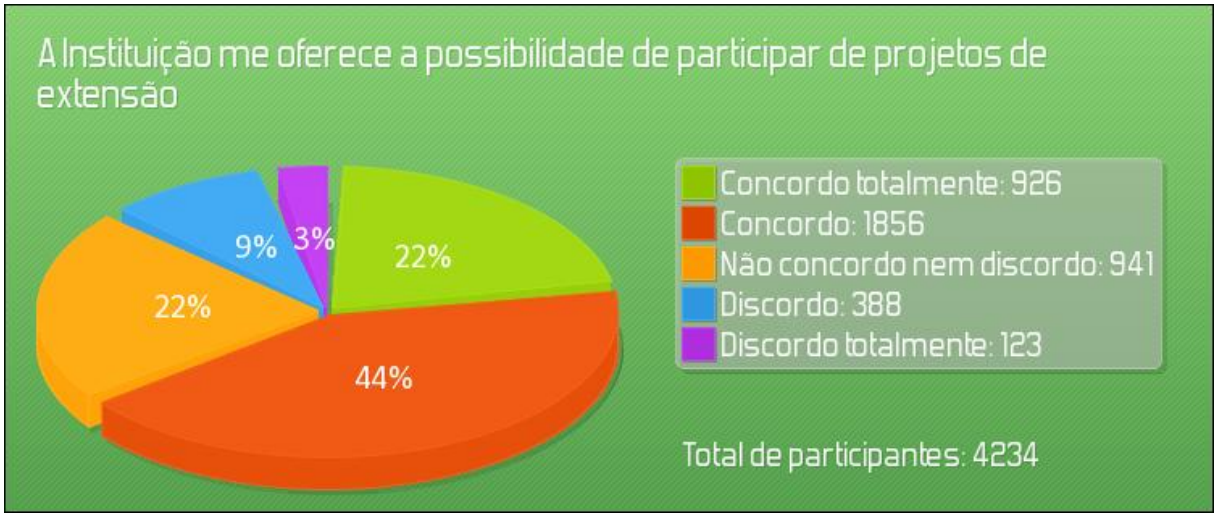
Desta forma, a autoavaliação da Dimensão 1 orienta-se pelos seguintes indicadores:

1.1 Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa

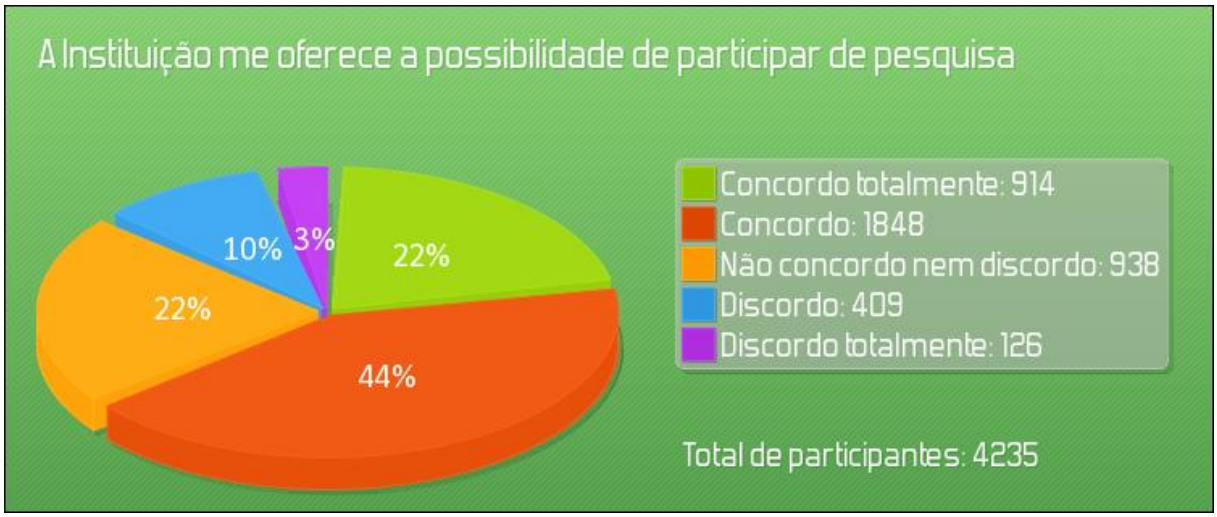
O Programa de Autoavaliação do IFRS estabelece alguns indicadores que pretendem identificar, a partir do olhar da comunidade interna e externa, a consolidação e institucionalização das políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua articulação, conforme analisado abaixo:



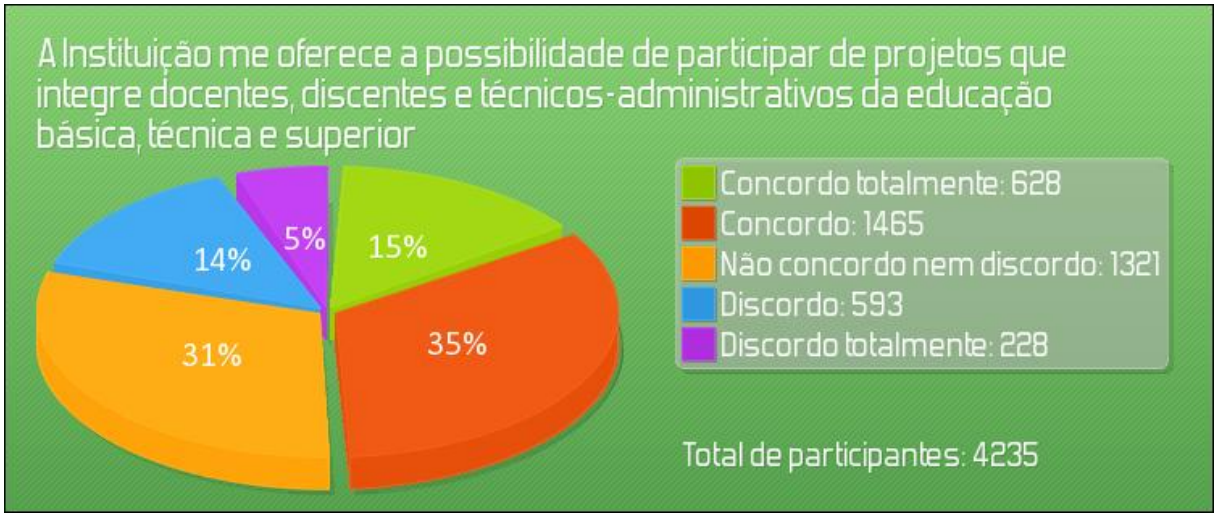
Quanto ao indicador 1, “possibilidade de participar dos processos de discussão para construção e/ou reformulação de propostas de cursos”, observa-se que 49% da comunidade escolar e acadêmica percebe possibilidades de participação nos processos. No entanto, há que considerar que outros 50% encontram-se entre os que não identificam possibilidade de participação nos processos institucionais e de cursos (25%). Entre esses últimos, chama atenção o número significativo (25%) de pessoas que não concordam, nem discordam, o que pode indicar uma indiferença em relação aos processos de participação institucional ou a ausência desses espaços ou a falta de ações de sensibilização para tal. Observa-se que os números que indicam possibilidade de participação diminuiu em 1 ponto percentual em relação à 2011, o que parece contraditório, uma vez que o IFRS vivenciou em 2012 o processo estatuinte envolvendo um número significativo de servidores e estudantes, além das assembleias nos campus.



No indicador 2, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos de extensão”, observa-se que a grande maioria (66%) da comunidade escolar e acadêmica concorda ou concorda totalmente que existem possibilidades de participação nos programas e projetos de extensão. 34% dos respondentes manifestaram indiferença, discordam ou discordam totalmente da existência de possibilidades de participação nas ações de extensão. Observa-se que esse percentual de indiferentes e que discordam das possibilidades de participação ampliou-se em relação ao não de 2011.



Com relação ao indicador, 3 “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de pesquisa”, 66% dos participantes manifestaram concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação nas atividades de pesquisa, o que representa um número bastante significativo, considerando que o IFRS tem apenas quatro anos de existência, contando com muitos câmpus novos. Apenas 13% referiram discordar ou discordar totalmente com a existência de espaços de participação nas ações de pesquisa e 22% manifestou indiferença.



No indicador 4, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos que integrem docentes, discentes e técnicos-administrativos da educação básica, técnica e superior”, referente à verticialização do ensino, 50% dos respondentes afirma concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de interlocução. No entanto, 19% afirma discordar ou discordar totalmente dessas possibilidades de verticalização e 31% afirma que é indiferente, o que, certamente,

remete para a necessidade de incentivo à construção de espaços e processos para o exercício da verticalização no IFRS. Os números de 2012 apresentam um decréscimo em relação à 2011 no que se refere às possibilidades de participação em ações que integrem os diferentes níveis de ensino e um crescimento em relação ás pessoas indiferentes a esse processo. Tais resultados precisam ser analisados com atenção, uma vez que a verticalização é um dos eixos de organização da proposta dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/08).

Número de cursos de alunos por nível de ensino

IFRS - cursos 2° semestre de 2012					
Câmpus	**Técnico**	**Tecnólogo**	**Licenciatura**	**Bacharelado**	**Especialização**
Bento Gonçalves	5	5	3	0	0
Canoas	3	3	0	0	0
Caxias do Sul	4	1	2	0	0
Erechim	4	1	0	1	0
Farroupilha	6	1	1	2	0
Feliz	3	1	0	0	0
Ibirubá	5	1	1	0	0
Osório	3	1	1	0	0
Porto Alegre	17	3	1	0	1
Restinga	6	1	0	0	0
Rio Grande	8	3	1	0	0
Sertão	4	3	2	2	0
Total/IFRS	68	24	12	5	1

Fonte: SISTEC – nov. 2012

IFRS - alunos matriculados por modalidade de curso 2° semestre de 2012					
Câmpus	**Técnico**	**Tecnólogo**	**Licenciatura**	**Bacharelado**	**Especialização**
Bento Gonçalves	710	577	295	0	0
Canoas	252	124	0	0	0
Caxias do Sul	241	103	138	0	0
Erechim	404	78	0	93	0
Farroupilha	433	77	8	49	0
Feliz	117	61	0	0	0
Ibirubá	463	22	65	0	0
Osório	329	60	25	0	0
Porto Alegre	2273	110	37	0	19
Restinga	355	31	0	0	0
Rio Grande	2296	371	22	0	0
Sertão	942	303	80	214	0

Total/IFRS	8815	1917	670	356	19

Fonte: SISTEC – nov. 2012

Número de bolsas de iniciação científica

NÚMERO DE BOLSAS	BOLSAS DE FOMENTO EXTERNO
10	PROBITI – FAPERGS
10	PROBIC – FAPERGS
27	PIBITI – CNPQ
03	PIBIC – CNPQ
26	PIBIC - EM – CNPQ
TOTAL IFRS: 76 BOLSAS FOMENTO EXTERNO	

Fonte:PROPI –março2013

NÚMERO DE BOLSAS FOMENTO INTERNO	BOLSAS DE FOMENTO INTERNO
60	BICET (Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – Ensino Técnico)
44	BICTES (Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – Ensino Superior)
TOTAL IFRS: 104 BOLSAS FOMENTO INTERNO	

Fonte:PROPI –março2013

Número de Linhas, projetos de pesquisa

Atualmente, o IFRS tem constituído 85 grupos de pesquisa, os quais contam com diversas linhas de pesquisa.

Informações grupos de pesquisa

Grupos de pesquisa certificados (incluindo os não atualizados)	Total de Linhas de Pesquisa	Pessoas envolvidas com pesquisa	Média de pessoas por Grupo de Pesquisa

85[1]	**258**	**1093**	**12,89**

Fonte:PROPI –março2013

Líderes e grupos de pesquisa

Ordem	Nome do líder	Nome do grupo
1.	Adriano Michel	Biotecnologia e Citogenética Vegetal
2.	Alessandra Nejar Bruno	Biotecnologia animal e vegetal
3.	Alexsandro Cristovão Bonatto	Sistemas Eletrônicos Integrados
4.	Aline Silva de Bona	Matemática e suas Tecnologias
5.	Alisson Dalsasso Correa de Souza	Grupo de Desenvolvimento em Mecânica - GDMEC
6.	Ana Paula Lemke	Engenharia de Software e Sistemas Autônomos
7.	Ana Sara Castaman	NIEPECHS - Núcleo de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Humanas do IFRS Sertão
8.	André Luiz Portanova Laborde	Educação Profissional e Humanidades
9.	André Zimmer	Ciência e Tecnologia dos Materiais Cerâmicos
10.	Andréa Poletto Sonza	NEPIA - Núcleo de Extensão e Pesquisa em Informática Aplicada
11.	Andréa Poletto Sonza	Acessibilidade Virtual e Tecnologia Assistiva
12.	Ben-Hur Costa de Campos	Ciência e Tecnologia Alto Jacuí
13.	Bianca Smith Pilla	Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social
14.	Camila Carmona Dias	Cultura, história, educação e moda
15.	Carlos Alberto Severo Felipe	Resfriamento e Congelamento de Alimentos
16.	Carolina Larrosa de Oliveira	Geotecnologias na Gestão Municipal
17.	Cibele Schwanke	Educação em Ciências da Natureza
18.	Cíntia Mussi Alvim Stocchero	Educação e Saúde
19.	CLÁUDIA REGINA COSTA PACHECO	NEPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares
20.	Claudio Henrique Kray	Gestão Ambiental
21.	Cleiva Aguiar de Lima	Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica

[1] O IFRS conta com 85 Grupos de Pesquisa Cadastrados no DGP/CNPq. Desses 72 estão atualizados e constam na tabela de descrição de líderes e grupos e 13 encontram-se em atualização.

22.	Daniel Battaglia	Logística Empresarial
23.	Daniela Lupinacci Villanova	Metalurgia e Materiais IFRS Farroupilha
24.	Eduardo Angonesi Predebon	Estratégia Organizacional, Negócios Internacionais e Governança Corporativa
25.	ELIANA PINHO DE AZAMBUJA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde
26.	Eliane Velasco Simões Portes	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental
27.	Erik Schüler	Elétrica IFRS Farroupilha
28.	Evandro Manara Miletto	Informática Aplicada
29.	Fernando Machado do Santos	Manejo e Tratos Culturais em Plantas de Lavoura
30.	Flávio Galdino Xavier	Grupo de Pesquisa em Tecnologias de Fabricação Mecânica - GTecFM
31.	Getulio Jorge Stefanello Júnior	Ciências Agrícolas
32.	Hernanda Tonini	GECIT - Educação, cidadania e turismo
33.	Ivoni Carlos Acunha Junior	Avaliação Energética de Sistemas Térmicos
34.	José Edson Azevedo da Silva	Gestão e Inovação
35.	Júlia Marques	Projeto e Desenvolvimento de Sistemas
36.	Juliana dos Santos	Zootecnia
37.	Juliana Marcia Rogalski	Conservação de espécies vegetais
38.	Kelen Berra de Mello	Educação Matemática
39.	Leandro Raizer	Núcleo de Estudos Organizacionais
40.	Leonardo de Sousa da Rosa	Industrialização de Alimentos
41.	Lizandra Brasil Estabel	ACESSIBILIDADE, LEITURA E INFORMAÇÃO
42.	Lúcia de Moraes Batista	Tecnologia em Alimentos
43.	Luciana Angelita Machado	Resíduos Industriais
44.	Luciano Gomes Furlan	Nanocompósitos
45.	Luciano Gomes Furlan	Múltiplos Saberes da Educação Profissional
46.	Luiz Angelo Sobreiro Bulla	Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Construção de Edifícios
47.	Luiz Felipe Borges Martins	Adequação Ambiental
48.	Marcia Amaral Corrêa	Educação, Inovação e Trabalho
49.	MÁRCIO LUIS VIEIRA	NEMAS - Núcleo de Estudos em Manejo de Água e Solo
50.	Marcus André Kurtz Almança	Produção Vegetal
51.	Maria Cristina Caminha de Castilhos Fraga	Cultura, Identidade e Trabalho

52.	Miguel da Guia Albuquerque	Geotecnologias e Meio Ambiente
53.	Neila de Toledo e Toledo	Educação Matemática e Educação
54.	Noemi Luciane dos Santos	Leitura, escrita e ensino de línguas
55.	Raquel Andrade Ferreira	Humanizar o Humano: Arte,corpo, linguagens e meio ambiente
56.	Raquel Breitenbach	GERAR - Grupo de Estudos Referentes ao Agronegócio
57.	Rodrigo Otávio Câmara Monteiro	Engenharia Agrícola
58.	Rogerio Foschiera	AUTENTICIDADE E ALTERIDADE NOS PROCESSOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS
59.	Rogério Malta Branco	Grupo de Pesquisa em Automação e Sistemas
60.	Rogério Xavier Azambuja	Tecnologias em Sistemas de Computação
61.	Rosilene Rodrigues Kaizer	Toxicologia Ambiental
62.	Rudinei Fiorio	Ciência e Tecnologia dos Materiais
63.	Rudinei Müller	Práxis: Saberes e Contextos Educativos
64.	Rui Manuel Cruse	Letras e Linguística
65.	Silvia de Castro Bertagnolli	Inovação Tecnológica e Educação
66.	Simone Bertazzo Rossato	Viticultura e Enologia
67.	Simone Caterina Kapusta	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais (NIESA)
68.	Tânia Jurema Flores da Rosa	NEET - Núcleo de Estudos sobre Educação e Tecnologia
69.	Tiago Lopes Telecken	Grupo de Estudos em Multimídia, Informática e Cultura
70.	Vanderlei Rodrigo Bettiol	Desenvolvimento de tecnologias ambientais
71.	vinicius lima lousada	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEPEA)
72.	Wagner Luiz Priamo	Ciência e Tecnologia de Alimentos

Fonte:PROPI –março2013

Número de programas, projetos e eventos de extensão

Em 2012, observa-se um crescimento considerável no número de programas, projetos e eventos de extensão, o que pode ser observado no quadro abaixo:

NÚMERO	AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFRS
27	Programas de Extensão

145	Projetos de Extensão
107	Eventos de Extensão
123	Cursos de Extensão

Fonte:PROEx –março2013

Total de ações de extensão executadas em 2012: 403

Destaca-se, ainda, o crescimento do número de alunos participantes do Programa Ciência Sem Fronteiras no ano de 2012, ação que integra as áreas de pesquisa e extensão, conforme apresentado nos quadro abaixo:

Estudantes do IFRS na modalidade graduação sanduíche - programa Ciência Sem Fronteiras

AMÉRICA DO NORTE

Estudante	Instituição de origem	Instituição de destino	Período de intercâmbio
Érica Nicolao Lunardi	IFRS - Câmpus Porto Alegre	**Camosun College, Victoria BC., Canadá**	08/2012 até 08/2013

Fonte:PROPI –março2013

AMÉRICA DO SUL

Estudante	Instituição de origem	Instituição de destino	Período de intercâmbio
Lucas Victorio Sbabo Fardo	IFRS - Câmpus Bento Gonçalves	**Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile**	01/08/2012 até 31/07/2013
Giovani Giotto	IFRS - Câmpus Bento Gonçalves	**Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile**	01/02/2012 até 31/01/2013

Fonte:PROPI –março2013

EUROPA

Estudante	Instituição de origem	Instituição de destino	Período de intercâmbio
Carine Rusin	IFRS - Câmpus Bento Gonçalves	**Università di Bologna, Bologna, Itália.**	01/07/2012 até 30/06/2013
Magda Simone Barboza	IFRS - Câmpus Sertão	**Universita di Roma "Tor Vergata", Roma, Itália**	08/2012 até 07/2013
Augusto José Posser	IFRS - Câmpus Sertão	**Instituto Politécnico de Bragança - Campus de Santa Apolónia, Bragança, Portugal**	01/10/2012 até 30/09/2013
José Ricardo Machado dos Santos	IFRS - Câmpus Bento Gonçalves	**Universidad de Cádiz, Cádiz, Espanha**	01/09/2012 até 30/06/2013

Fonte:PROPI –março2013

1.2 Ações de superação 2012-2013

A partir da análise geral dos dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 1, observa-se que o IFRS teve avanços significativos na implantação da missão e políticas previstas no PPI, bem como das ações correspondentes. No entanto, de forma geral, a CPA indica alguns pontos que ainda necessitam de investimento:

- Consolidar as ações de pesquisa e inovação no IFRS;
- Consolidar as ações de extensão;
- Ampliar os espaços de capacitação de docentes, para a melhoria da qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, em especial sobre a verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Criação de eventos periódicos, visando à interação da comunidade acadêmica e da comunidade externa organizada, em que deverão ser debatidos assuntos pertinentes ao rumo do IFRS e de cada câmpus, resultando nos planos de metas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão;

- Ampliar as ações que contribuam para a consolidação da verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à implementação de ações concretas e efetivas para além da oferta dos diversos níveis de ensino;
- Aprofundar ações que garantam a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;
- Intensificar a divulgação de informações relacionadas a Ensino, Pesquisa e Extensão que sejam de interesse da comunidade interna, em especial aos alunos, e trabalhar na sua conscientização a respeito da importância de acessar o site da instituição periodicamente, bem como da leitura de cartazes e murais nos corredores;
- Ampliar os projetos que envolvem inovação tecnológica;
- Desenvolvimento de política para implementação de novos cursos, privilegiando a verticalização e o cumprimento do plano de matas, além do atendimento às necessidades da comunidade e região, com implantação de processo específico de pesquisa e levantamento estatístico.

1.3 A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

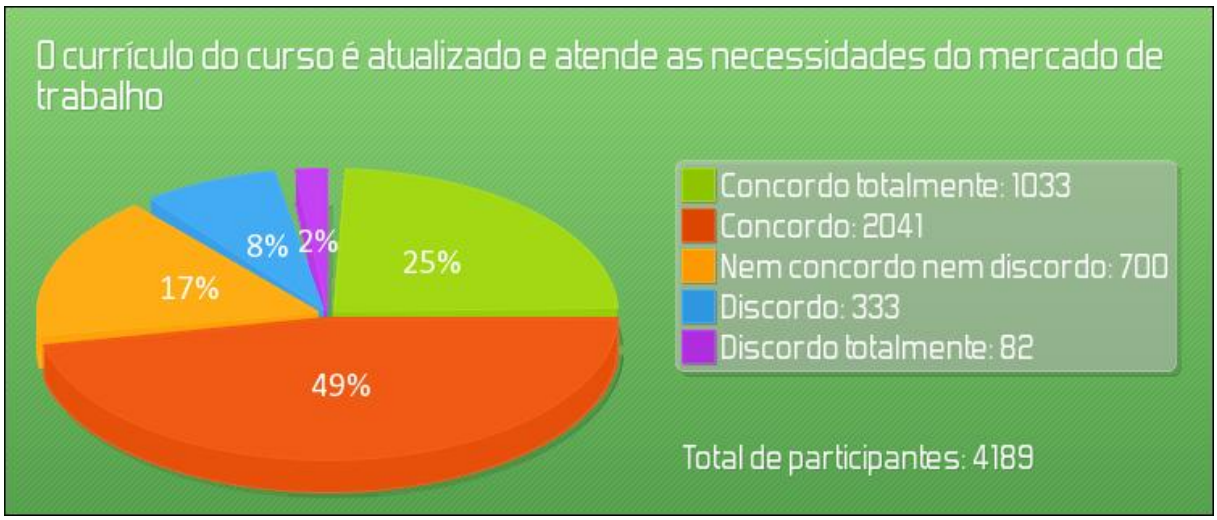
Na perspectiva da consolidação das políticas públicas para os IFs, a dimensão de política de ensino, pesquisa e extensão pensados indissociavelmente, considerando-se os eixos de verticalidade, horizontalidade, tecnologia, cultura e inovação, reveste-se de um significado primordial nos processos cotidianos do IFRS. Se por um lado estas relações estão expressas nos documentos institucionais (PDI e PPI) e nos documentos oficiais, ela pode ser percebida nas ações cunhadas no cotidiano acadêmico, no envolvimento dos docentes e discentes, bem como pelos resultados que produzem e que podem ser analisados pelos instrumentos de avaliação institucional.

Desta forma, apresenta-se análise do Projeto Político Pedagógico do IFRS através dos seguintes indicadores:

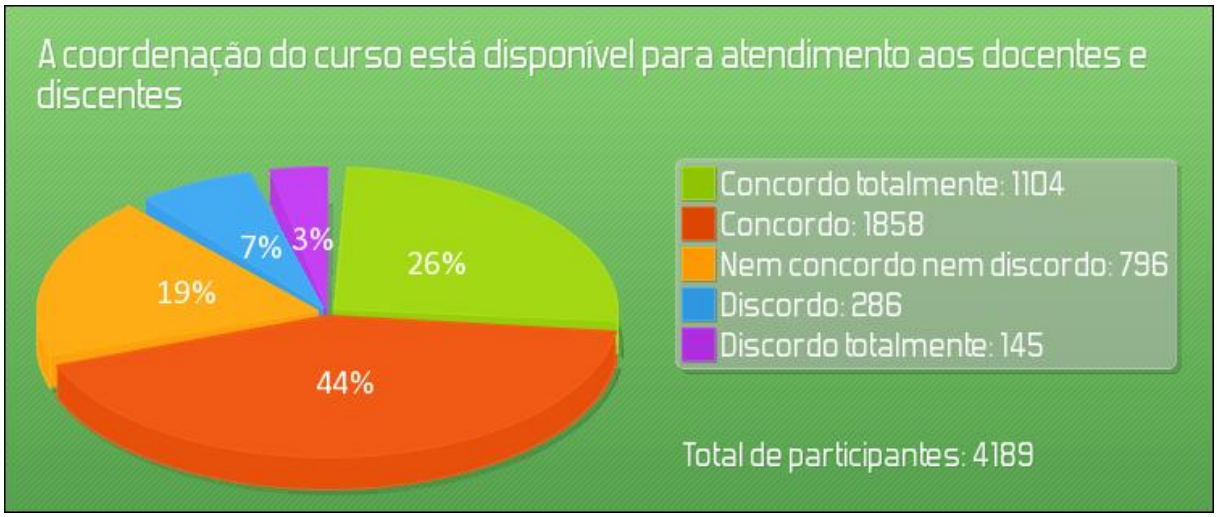
Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Cursos oferecidos - graduação (tecnológica, licenciatura, bacharelado), técnico, PROEJA, presencial e a distância, pós-graduação lato e stricto sensu.

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFRS foi implantado em 2011 (Resolução CONSUP nº 109 de 20 de dezembro de 2011), o que representou um avanço em relação às ações de superação apontadas no Relatório de Autoavaliação de 2010. Embora o PPI do IFRS tenha sido construído a partir de um intenso processo participativo integrando os diversos câmpus e segmentos da comunidade interna do IFRS, observou-se, ainda no ano de 2012, pouca apropriação da comunidade acadêmica em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no referido documento.

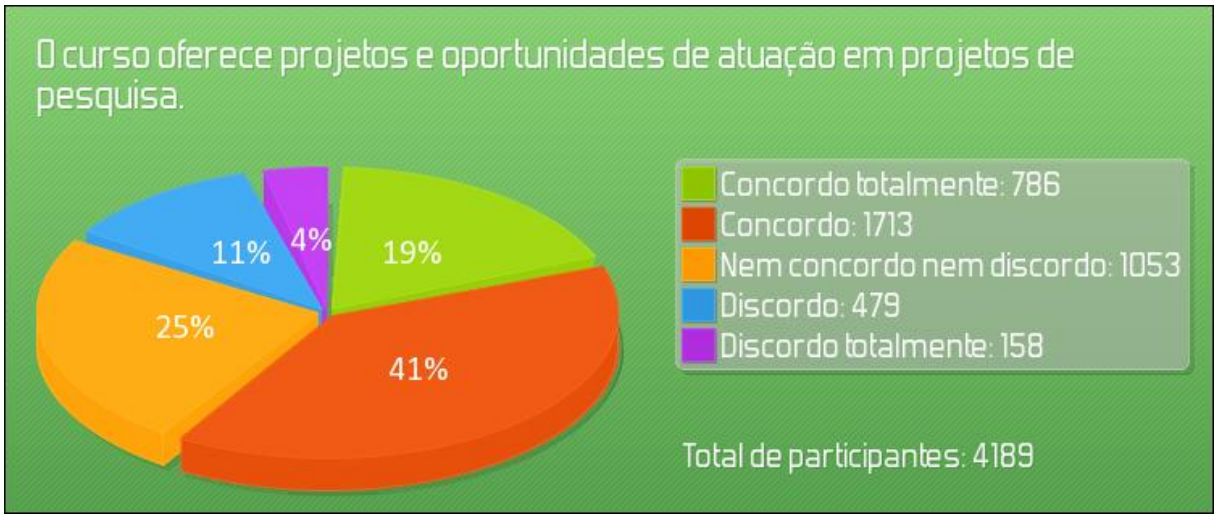
Os instrumentos de avaliação de cursos e de autoavaliação discente visam a identificar a consolidação das políticas definidas no PPI do IFRS. No ano de 2012, ampliou-se o público envolvido na avaliação de cursos e, assim, além dos discentes, também os docentes e os técnicos-administrativos participaram da avaliação de curso.



Em relação ao indicador 1 do Instrumento de Avaliação do Curso, “o currículo do curso é atualizado e atende às necessidades do mercado de trabalho”, percebe-se que 68% dos participantes concorda ou concorda totalmente, sendo que apenas 10% dos mesmos discorda ou discorda totalmente. Identifica-se que 17% dos participantes que participaram da avaliação *online* não concordam nem discordam.

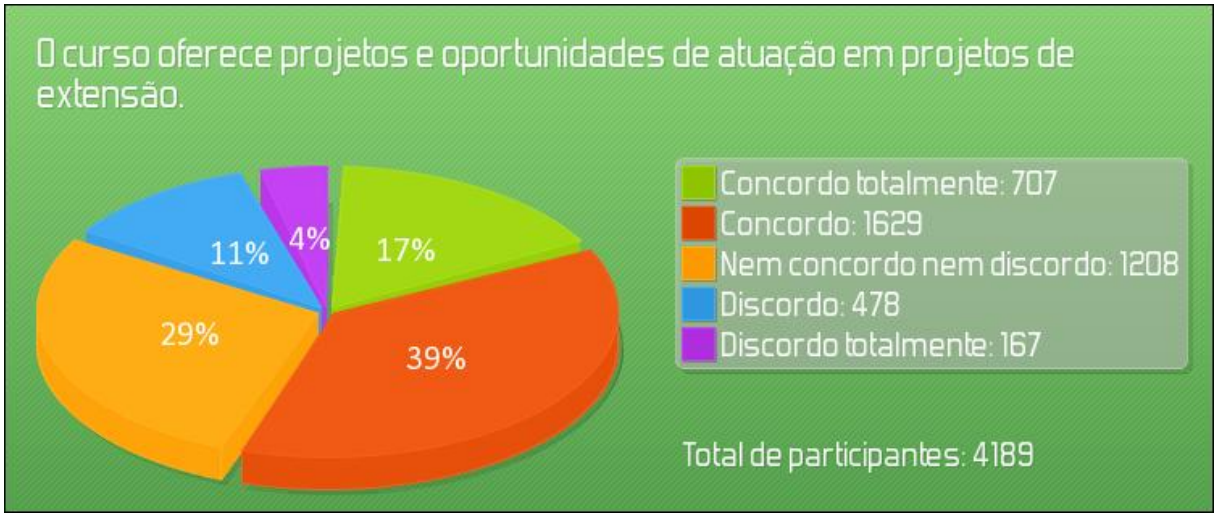


A disponibilidade da coordenação do curso para atendimento aos docentes e discentes é avaliada através do indicador 2 do Instrumento de Avaliação do Curso. 70% dos participantes que responderam à avaliação posicionaram-se entre concordam e concordam plenamente, sendo que apenas 10% apontam discordar ou discordar plenamente. 19% desses estudantes demonstram nem concordar nem discordar. Tais resultados apontam que os coordenadores de curso, de uma forma geral, estabelecem uma relação próxima atores institucionais.



No indicador 4, “o curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de pesquisa”, identifica-se que 60% dos participantes da avaliação institucional *online* concordam ou concordam totalmente com essa possibilidade, sendo que apenas 15% dizem discordar ou discordar totalmente. No entanto, 25% dos participantes apontam que não concordam nem discordam, os quais, somados àqueles com percepção negativa sobre as possibilidades de participação em

pesquisa, têm uma representatividade significativa (40%). Nesse sentido, pode-se inferir que as políticas de pesquisa propostas no PDI ainda estão em fase de implementação, necessitando de maior investimento no desenvolvimento da cultura investigativa inerente à pesquisa, assim como na pesquisa como princípio educativo, conforme prevê o documento, transversalizando os currículos e tornando-se perceptível aos estudantes. No entanto, este foi um dos indicadores cujo resultado apontou crescimento positivo em relação aos dados de 2011.



O indicador 5 desse instrumento de avaliação, “o curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de extensão”, apresenta como resultado 56% de participantes que concordam ou concordam totalmente com a existência dessas oportunidades. Apenas 15% desses aponta que discorda ou discorda totalmente da existência das possibilidades de participação na extensão. No entanto, embora tenha reagido em relação à 2011, há que considerar a percentagem significativa de 29% dos respondentes que referem nem concordar nem discordar, o que pode indicar que os mesmos não têm a compreensão do que significam programas e projetos de extensão.

1.4 Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas

A partir do Plano de Ação 2012 desenvolveram-se atividades para atender a este índice. Destacam-se o crescimento do fomento de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior (BICTES), Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico (BICET) e o Programa de Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPTC). Da mesma forma, destaca-se a consolidação das ações de extensão e, especialmente, a crescimento das ações via PRONATEC. Destaca-se, ainda, o programa de bolsa permanência que vem contribuindo para a manutenção dos estudantes no IFRS. Este programa tem como objetivo complementar o processo de aprendizagem ao permitir que os alunos desenvolvam atividades ligadas à sua área de formação durante 20 horas semanais nos setores dos diversos Câmpus do IFRS.

1.5 Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada

O PPI do IFRS define que “os programas e cursos de pós-graduação no IFRS devem assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional”. Define, também, que o ensino de Pós-Graduação se organizará nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional, confirmando a necessária articulação com o PDI, considerando: a prática do ensino e da pesquisa, o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização do ensino, o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica.

A educação continuada é considerada no PPI como um processo contínuo e permanente, apontando que a instituição deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de

oportunidades de formação continuada. É importante destacar que o documento define o curso de Licenciatura em Educação Profissional como uma das principais estratégias de formação continuada do Instituto, atendendo o público interno (docentes e técnico-administrativos) e o público externo.

Considerando que essas definições são bastante recentes no IFRS, com a conclusão do PPI no final de 2011, considera-se que o ano de 2012 representou o início das discussões e implementação da ações nessas duas áreas, sendo de suma a importância o acompanhamento da autoavaliação institucional em relação a essas ações.

Assim como nos relatórios de 2010 e 2011, ressalta-se que a iniciativa de verticalização e horizontalidade no desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão ainda não ocorre de forma uniforme no IFRS, o que se constitui em grande desafio para os próximos anos de implementação do PDI e PPI.

Na perspectiva da Educação Inicial e Continuada destacam-se as vagas vinculadas ao PRONATEC ofertadas em 2012, conforme segue no quadro abaixo:

NÚMERO DE VAGAS – CURSOS FIC-PRONATEC	
CÂMPUS DO IFRS	**Nº DE ALUNOS MATRICULADAS**
Câmpus Bento Gonçalves	140
Câmpus Canoas	40
Câmpus Erechim	106
Câmpus Farroupilha	30
Câmpus Ibirubá	152
Câmpus Osório	180
Câmpus Porto Alegre	1.400
Câmpus Restinga	75
TOTAL IFRS	**2.123**

Fonte: Pesquisa Institucional/IFRS

Destaca-se, ainda, que a oferta de cursos *lato sensu* no IFRS ainda é bastante tímida, o que indica a necessidade de um esforço da gestão na ampliação dessa oferta. Além disso, o IFRS ainda teve a autorização pela CAPES negada para a implantação do Mestrado Profissional em “Educação e Tecnologia em Meio

Ambiente” submetido em 2011, o que indica a necessidade de reorganização das discussões e construção de novo(s) Programa(s) de Mestrado Profissional.

1.6 Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização)

De acordo com o PPI do IFRS (2011), a instituição

> estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpasse os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

Atualmente, a atuação dos docentes nos diferentes níveis e modalidades permite que o processo educacional privilegie a reconstrução de saberes por meio da dialogicidade, possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico. No entanto, considerando que a verticalização do ensino no IFRS ainda se concentra, timidamente, entre o ensino profissionalizante de nível médio e a graduação, aponta-se como necessidade a ampliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, bem como o esforço para integrar docentes e estudantes na perspectiva da verticalização.

1.7 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa

Segundo o PPI do IFRS (2011), a instituição “tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região.”

Para tanto, define que as pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o Projeto Pedagógico da Instituição e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que se consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos;
- disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- promover o cadastramento das pesquisas institucionais e o fortalecimento dos eixos temáticos estratégicos, procurando expandi-los e/ou associá-los às atividades de ensino e extensão;
- criar núcleos e programas de pesquisa atrelados ao ensino de nível técnico, de graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- buscar fomentos externos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

Em 2010, o IFRS apresentava um cenário de 37 grupos de pesquisa. Com a estruturação dos câmpus novos e com o fortalecimento dos câmpus mais antigos, atualmente o IFRS conta com 60 grupos de pesquisa. Esse crescimento pode ter sido estimulado pelas políticas de fomento interno e pelas possibilidades de participação em bolsas de fomento externo, além do trabalho efetivo das direções e/ou coordenação de pesquisa e da implantação das Comissões de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI) nos câmpus do IFRS.

Entretanto, apesar do crescimento significativo da pesquisa no IFRS, cabe destacar a importância do investimento e do acompanhamento da implementação dos procedimentos definidos no PPI. Observa-se ao longo dos últimos dois anos um crescimento expressivo, conforme já analisado no item 1.3 deste relatório.

1.8 Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização

O IFRS implantou em 2010 o Núcleo de Inovação Tecnológica. No entanto, ao longo de 2011, as discussões do regimento e normativas não avançaram. Ao longo de 2012 a PROPI realizou a revisão das Instruções Normativas, sem, no entanto, encaminhar a solicitação das alterações necessárias nas Resoluções do CONSUPI, o que segue como pendência para 2013. Cabe ainda destacar que no ano de 2012 o NIT/IFRS ainda não contou com uma equipe própria, o que dificulta as ações e processos de inovação tecnológica nos câmpus.

1.9 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão

O PPI do IFRS define que a ação extensionista é compreendida como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os câmpus do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das

ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da união, do estado e dos municípios, visando a contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade. Em 2011, observou-se um crescimento efetivo nas ações de extensão em todas as suas dimensões: programas, projetos, ações e eventos. O ano de 2012 foi marcado por leva decréscimo no número de ações extensionistas o que se explica pela ausência de definição de carga horária específica para a extensão pela Resolução CONSUP nº 082/12.

1.10 Ações de superação 2012-2013

A partir da análise geral dos dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 2, observa-se que o IFRS apresentou avanços significativos em 2011, dentre eles e discussão, construção e implementação do PPI, ausência essa apontada como fragilidade no Relatório de Autoavaliação de 2010. A ampliação de projetos de pesquisa em todos os câmpus também foi percebida como avanço em relação a 2011. No entanto, observa-se um pequeno decréscimo nas e ações de extensão. No entanto, cabe destacar algumas questões que, de forma geral, merecem atenção na definição de ações de superação:

- Continuidade de implementação e consolidação das ações de pesquisa e extensão em todos os câmpus;
- Necessidade de retomar a discussão da Resolução nº 82/12 no CONSUP/IFRS uma vez que a não definição de horas mínimas para pesquisa e extensão incidiu sobre a diminuição de envolvimento de docentes nos projetos, em especial, da extensão;
- Necessidade de políticas, regulamentação e ações gerais no que se refere à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando, também a verticalização;
- Ampliação da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
- Consolidação dos programas de fomento à pesquisa e à extensão;

- Implementação de um Programa Institucional de Apoio à Participação em Eventos Científicos e à publicação dos resultados das ações de pesquisa e extensão;
- Consolidação da política de encargos didáticos, definindo a dedicação docente para as atividades de ensino, pesquisa extensão;
- Conclusão da infraestrutura necessária aos câmpus para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar a política de cotas no processo seletivo já existente em alguns câmpus;.
- Implantação de ações efetivas para atendimento às metas de eficiência e eficácia;
- Incrementar os convênios e as parcerias com empresas públicas e privadas, bem como parcerias interinstitucionais com IFs, bem como com instituições de ensino nacionais e internacionais.

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste item, analisa-se a Dimensão 3 do SINAES.

O IFRS, como instituição de ensino público federal e voltado à formação técnica, tecnológica, científica e cultural, busca consolidação das políticas de inclusão com base no compromisso social, através dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, propõe-se o levantamento de dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores em relação ao compromisso e responsabilidade social.

2.1 Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital

O IFRS vem construindo sua política de inclusão social, de ações afirmativas e inclusão digital. O que se observa é que os câmpus têm caminhadas diferentes em relação a essas ações, com experiências significativas relacionadas às ações afirmativas e inclusão digital. Uma iniciativa comum refere-se à implantação do NAPNE, que, conforme definido no PPI do IFRS:

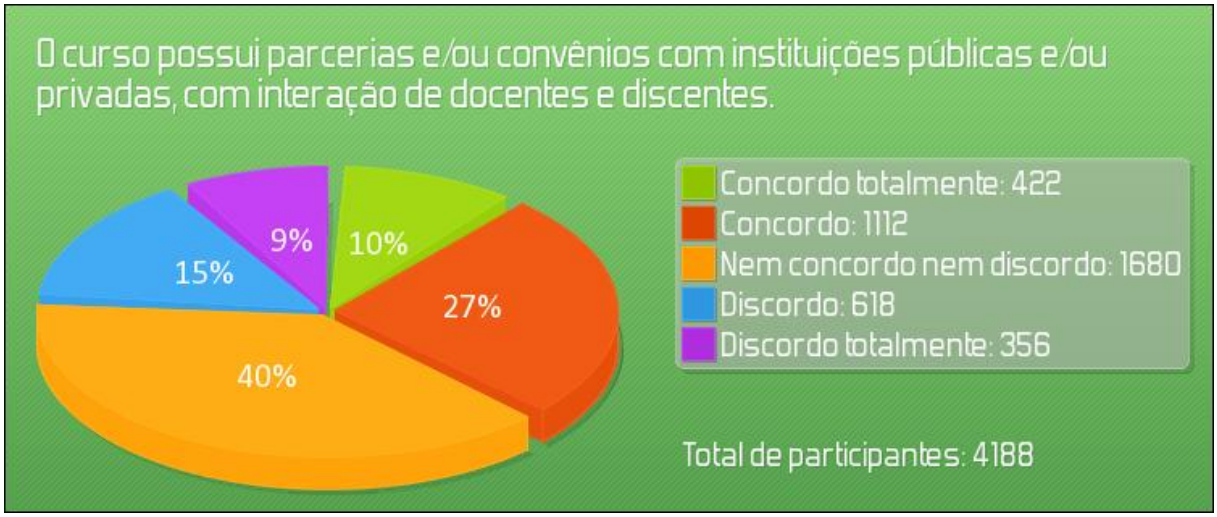
> tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). (p.29)

Além disso, o ano de 2012 foi marcado pelas ações vinculadas ao PRONATEC que, conforme os números já explicitados acima, pode representar grande impacto na inclusão social e no mundo do trabalho na região de abrangência do IFRS.

2.2 Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho

De forma geral, observa-se que todos os câmpus do IFRS empreendem esforços e realizam ações que vêm ampliando as relações com o setor público, o setor produtivo e com o mercado de trabalho. Tais ações ocorrem, especialmente, através dos cursos, da gestão e da área de comunicação.

O instrumento de avaliação de curso do IFRS busca identificar as parcerias e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas, com interação entre docentes e discentes, na percepção do estudante:



Analisando os resultados, pode-se perceber que apenas 39% dos participantes da avaliação institucional *online* concordam totalmente ou concordam com a existência dessas ações. 24% dos participantes apontam que discordam ou discordam totalmente da existência de tais parcerias em seus cursos. Um percentual significativo de participantes, 40% refere nem concordar nem discordar. Tais resultados apontam para a necessidade do IFRS e seus cursos ampliarem as parcerias com as instituições públicas e privadas, com envolvimento maior dos atores institucionais, uma vez que nem sempre as ações que envolvem relações com o setor público e privado, emanam dos currículos dos cursos.

2.3 Ações de superação 2011-2012

Com o levantamento da operacionalização das ações que atendem aos indicadores dispostos na Dimensão 3 do SINAES, observa-se que o IFRS vem perseguindo o atendimento das metas e objetivos definidos no PDI em relação às ações de inclusão social, inclusão digital e ingresso e permanência dos estudantes, com caminhadas bastante distintas entre seus câmpus. Em relação ao Relatório de autoavaliação de 2011, com exceção do PRONATEC e os projetos específicos vinculados ao NAPNE não se percebe avanços significativos nesse cenário. Assim sugere-se que sperseguidas as indicações já referidas no relatório de autoavaliação anterior.:

- Implementar ampla discussão dobre as políticas de inclusão, acesso e permanência definidos no PPI, com vistas à implementação de ações concretas em todos os câmpus;
- Promover o diálogo entre os câmpus de forma a divulgar as ações já realizadas com sucesso no âmbito da inclusão, do acesso e da permanência.
- Ampliar as parcerias com as instituições públicas e privadas, bem como com o mercado de trabalho, com maior envolvimento dos estudantes.

3. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Neste item, analia-se a Dimensão 4 do SINAES.

A dimensão em questão permite verificar se as práticas institucionais estão respondendo às demandas sociais, identificando o posicionamento e a identidade do IFRS no cenário vigente. A comunicação também contribui para o fortalecimento do compromisso institucional com a comunidade acadêmica, com o fortalecimento da sua equipe de técnicos-administrativos e docentes, abrindo espaço para a participação efetiva destes atores como agentes de transformação do cenário do IFRS e, mais amplamente, junto à comunidade científica e sociedade civil.

O PDI do IFRS, através do plano de gestão, propõe o objetivo de *difundir informações*, definindo ações como a constituição de políticas e ações de difusão e integração com as comunidades internas e externas; criação de mecanismos de comunicação entre os câmpus; e, criar e manter um canal permanente com a mídia.

A comunicação com a sociedade no IFRS é coordenada pela Assessoria de Comunicação, que definiu metas e ações, quais sejam:

- Produção de material de divulgação institucional e atualização dos sítios eletrônicos da Reitoria e dos câmpus*:* vídeos institucionais para os câmpus e para a Reitoria; folders de todos os câmpus e com todos os cursos do IFRS; boletins informativos online (newsletter); matérias e releases sobre projetos e ações do IFRS; *press-kit;* banners para todas as pró-reitorias e para os câmpus; sites para os câmpus em implantação; atualização constante de todos os endereços eletrônicos do IFRS; rádio *web*; tv *web*.
- Orientação aos gestores e demais servidores para a consolidação do relacionamento com a mídia: essas ações têm a finalidade de preparar as fontes e os porta-vozes da instituição para apresentar de modo eficiente a divulgação do conhecimento desenvolvido na instituição e levar ao cidadão, e à sociedade em geral, as oportunidades proporcionadas pelo IFRS, através da Organização de *media training;* elaboração e manutenção de “catálogo de fontes”.
- Informar dirigentes e demais servidores da Reitoria e dos câmpus sobre notícias da área da Educação: manter os servidores informados sobre o IFRS

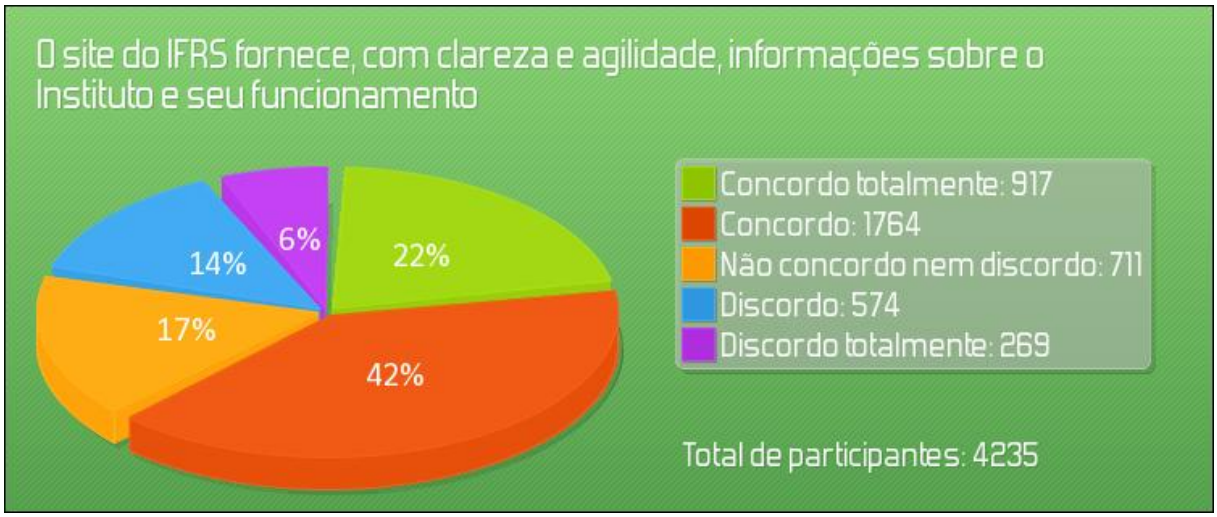
e outras notícias da área da Educação. Com esse propósito foi realizada a *clippagem* de matérias referentes, as quais foram enviadas para todos os servidores. No total, foram enviados 133 boletins.

- Regimentar a padronização da Comunicação Institucional: assegurar a coerência e a unidade de comunicação do Instituto com a sociedade. Foi prevista a elaboração do Manual de Padronização da Comunicação Institucional, o qual foi elaborado, submetido ao parecer do Colégio de Dirigentes e publicado no *site*.
- Organização de eventos: planejamento e coordenação de inaugurações de câmpus e aulas inaugurais; auxiliar na organização de audiências públicas; treinamento sobre cerimonial aos câmpus e à Comunicação da Reitoria.
- Organizar a identidade visual: divulgar a instituição de forma padronizada, assegurando a coerência e a unidade de comunicação do IFRS, através de crachás de identificação de servidores; placas de sinalização interna para os câmpus em implantação; fachada dos câmpus em implantação; envelopes para todos os câmpus e Reitoria; agenda diária; placas rodoviárias para as 12 cidades na quais o IFRS tem câmpus*;* identificação dos veículos de serviço e institucionais; pastas para eventos.

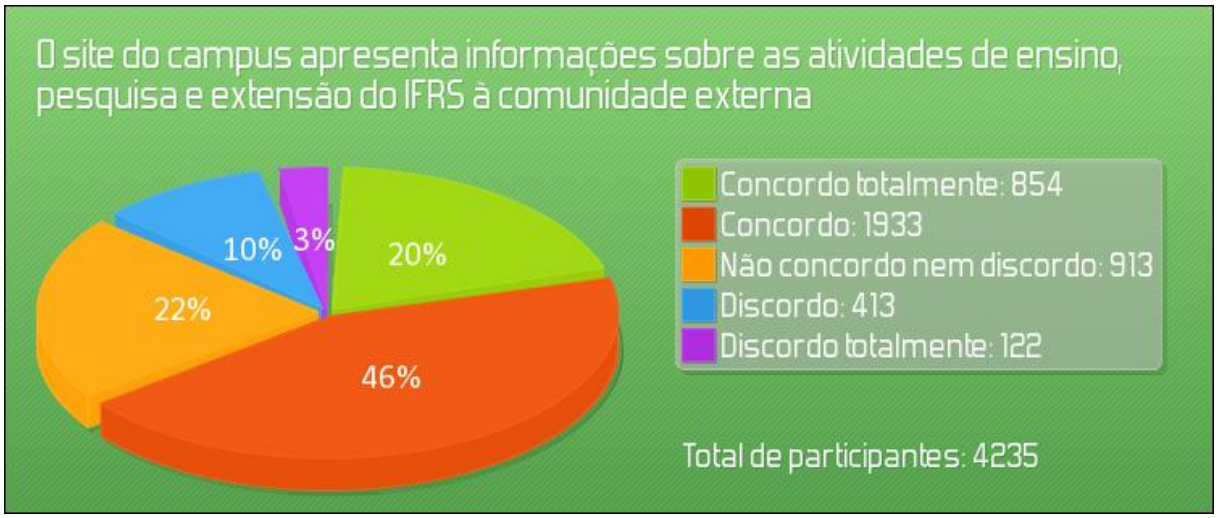
De uma forma geral, percebe-se que as metas definidas continuam, ainda, em implantação, necessitando de esforço para sua consolidação, o que pode ser observado pela manifestação da comunidade interna através dos resultados dos instrumentos de avaliação.

3.1 Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no ifrs

A percepção da comunidade acadêmica e escolar do IFRS sobre a comunicação no IFRS pode ser analisado através dos indicadores 5 e 6 do instrumento de avaliação institucional.



No que se refere ao indicador 5 do Instrumento de Autoavaliação Institucional, “o site do IFRS fornece, com clareza e agilidade, informações sobre o Instituto e seu funcionamento”, a comunidade acadêmica se manifesta em 64% concordando totalmente ou concordando. Apenas 17% afirma discordar e discordar totalmente. Tais números evidenciam que o site tem sido um importante instrumento de comunicação com a comunidade interna do IFRS. No entanto, o percentual de participantes que não concordam nem discordam cresceu no ano de 2012 para 20%, o que pode comprometer a comunicação interna do IFRS, uma vez que o IFRS é uma instituição que abrange grande faixa de territorialidade e que depende, em grande parte, do site institucional para a comunicação com a comunidade escolar e acadêmica.



Em relação ao indicador 6 do mesmo instrumento, “o site do câmpus apresenta informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS

à comunidade externa", 66% da comunidade escolar e acadêmica manifesta-se por concordar ou concordar totalmente, o que representa um dado bastante significativo em relação à sociedade como um todo. Apenas 13% dos participantes na avaliação *online* apontam discordar e discordar totalmente. No entanto, 22% referem que não concordam nem discordam, o que deve ser objeto de preocupação para a área de comunicação do IFRS, já que pode representar uma grande parcela de pessoas que não têm interação com o site do IFRS. Os números de 2012 sofreram um decréscimo em relação a 2011, o que indica a necessidade de atenção e redefinição de comunicação através dos sites dos campus.

Ainda na Dimensão "Comunicação com a Sociedade", observa-se que 56% dos participantes manifestam concordar ou concordar totalmente com o indicador 7do Instrumento de Avaliação Institucional, "os meios de comunicação utilizados pelo IFRS são adequados para divulgar suas atividades a comunidade", sendo que 22% manifestam discordar ou discordar totalmente, e os demais 22% não concordam nem discordam. Tais números, também inferiores à 2011, ampliando o número de insatisfeitos, parecem revelar que este é um indicar que merece atenção da parte dos dirigentes e da área de comunicação do IFRS como um todo.

3.2 Ouvidoria

Em 2012, assim como em 2011 a CPA, não houve a implantação da ouvidoria do IFRS em toda a sua complexidade.

Existe um link no site a Instituição que recebe as demandas e encaminha aos câmpus.

3.3 Ações de superação 2012-2013

No que se refere à Dimensão 4, percebe-se que o IFRS vem trabalhando na implantação de processos que possibilitem e ampliem a comunicação com a sociedade. No entanto, como em 2012, podem-se apontar algumas possibilidades de melhoria nos processos de comunicação, quais sejam:

- Incrementar a representação do câmpus em associações, conselhos e entidades representativas;
- Incentivar a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão que envolvam a comunidade interna e externa;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores do câmpus e a direção;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores dos câmpus e a comunidade acadêmica;
- Criar e potencializar estratégias que melhorem a comunicação entre a Reitoria e os câmpus;
- Implementar a ouvidoria.

4. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este item refere-se à Dimensão 5 do SINAES.

As políticas de pessoal e de carreira do corpo docente e técnico-administrativo estão descritas no PDI do IFRS. O plano de carreira de docentes e de técnicos-administrativos ainda está em fase de implementação.

4.1 PERFIL DOCENTE - TITULAÇÃO

A análise dos quadros permite observar que houve um crescimento significativo em relação à titulação dos docentes do IFRS, com maior concentração entre mestres e doutores. Esse cenário é bastante positivo no que se refere às avaliações externas, na medida em que a maioria dos cursos de graduação do IFRS entra em processo de reconhecimento de curso me 2012. No entanto, há que se atentar para áreas e câmpus cujos docentes não estão concentrados entre mestres e doutores. Essa é uma das preocupações pontuais da CPA, e a questão foi alvo e encaminhamento de ofício à Reitoria em 2011.

Docentes Efetivos	Número	Percentual
Nº de docentes graduados	44	7,4
Nº de docentes especialistas	79	13,29%
Nº de docentes mestres	317	53,36%
Nº de docentes doutores	154	25,92%
Total	**594**	**100%**

Total de docentes do IFRS com titulação – 2011

Docentes Efetivos	Número	Percentual
Nº de docentes graduados	41	6,21%
Nº de docentes especialistas	72	10,91%
Nº de docentes mestres	365	55,30%
Nº de docentes doutores	182	27,58%
Total	660	**100%**

Total de docentes do IFRS com titulação – 2012

4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Percebe-se, pela análise do quadro abaixo, que o número de servidores técnicos-administrativos cresceu significativamente (de 377 em 2010 para 479 em 2011), o que representa um avanço em relação às ações de superação indicadas em 2010.

Classe dos Técnicos	Número	Percentual
Classe A	34	7,09%
Classe B		
Classe C	70	14,6%
Classe D	203	42,3%
Classe E	172	35,9%
Total	**479**	**100%**

Total de técnicos-administrativos do IFRS por categoria - 2011

O IFRS no ano de 2012 recebeu novos servidores técnicos administrativos, respectivamente, que podem representar possibilidades de qualificação processos administrativos e acadêmicos:

Classe dos Técnicos	Número	Percentual
Classe A	34	6%
Classe B		
Classe C	85	16%
Classe D	243	45%
Classe E	179	33%
Total	**541**	**100%**

Total de técnicos-administrativos do IFRS por categoria - 2012

4.3 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Os relatórios das SPAs demonstram que os câmpus desenvolvem ações diferenciadas em relação à capacitação e acompanhamento do trabalho docente (ações como processos de acompanhamento e de avaliação do estágio probatório, formação pedagógica continuada, apoio à participação em eventos, dentre outros). No entanto, percebe-se a necessidade de uma política específica de capacitação docente para o IFRS.

4.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2012-2013

As propostas de ações de superação levantadas pelas SPAs junto às direções dos câmpus podem ser descritas de forma geral, conforme segue:

- Implantar um Fórum Permanente de Formação Docente;
- Promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos servidores;
- Incentivo à realização de cursos de pós-graduação, através do aumento de afastamentos parciais e/ou totais e de subsídios aos docentes em formação;
- Revisão da distribuição da carga horária do docente 40 horas DE, a fim de permitir um equilíbrio maior entre os três eixos do trabalho do mesmo, a saber, ensino, pesquisa e extensão. Vale lembrar que, no IFRS, ainda há, em

virtude da carência de professores, uma dedicação superestimada à área do ensino, agravada pela Resolução nº 082/12 o que compromete, infelizmente, a atuação efetiva desses nos setores de pesquisa e extensão;

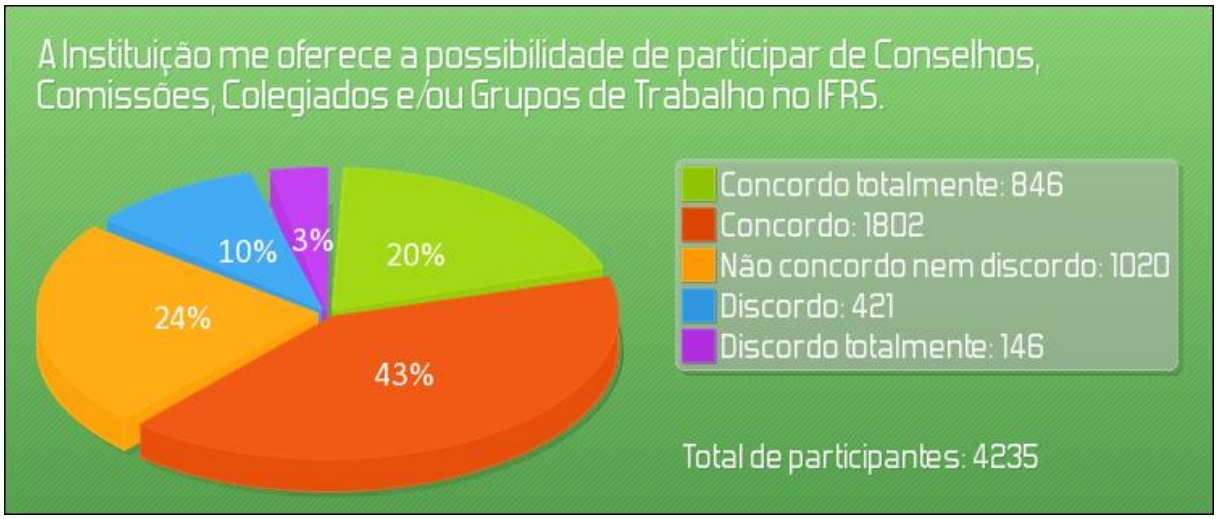
- Incentivo à capacitação dos técnicos administrativos, através da liberação para realização de cursos, inclusive de pós-graduação, e do fornecimento de subsídios.

5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Os dados Esta dimensão está relacionada à organização e à gestão do IFRS, especialmente no que se refere a questão da representatividade dos colegiados e órgãos representativos, sua dependência e autonomia, bem como a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios. Através do instrumento de avaliação institucional, pode-se analisar a percepção da comunidade interna em relação à gestão do IFRS.

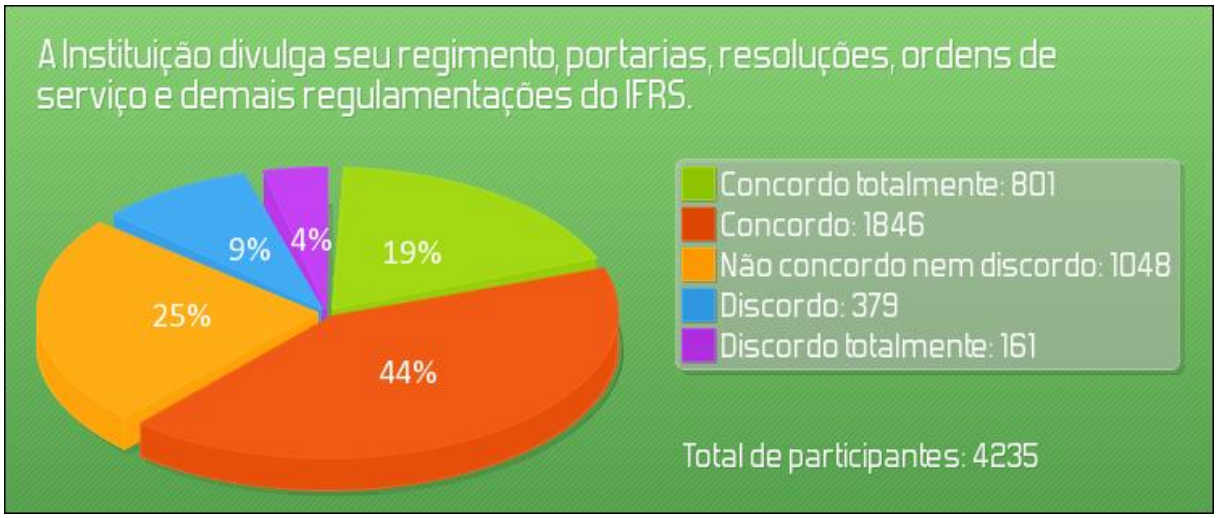
5.1 GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional no IFRS pode ser analisada a partir dos resultados relativos aos indicadores 8 e 9 do instrumento de avaliação institucional.



No indicador 8 do Instrumento de Avaliação Institucional, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de Conselhos, Comissões, Colegiados e/ou Grupos de Trabalho no IFRS”, 63% dos participantes posicionam-se entre concordar totalmente e concordam. Entre os que discordam e discordam totalmente identifica-se 13%, o que representa uma pequena parcela da comunidade escolar e

acadêmica. Entretanto, 24% manifestam que não concordam nem discordam, o que pode representar uma parcela significativa da comunidade que não está tendo a oportunidade de participar ativamente da gestão do IFRS como representantes nos conselhos, comissões, colegiados ou grupos de trabalho, especialmente se somados àqueles que discordam e discordam totalmente (totalizando 37% da comunidade escolar e acadêmica). Ainda assim, mesmo com esse percentual, observa-se um crescimento, em relação a 2011, no que se refere ao nível de satisfação com as possibilidades de participação nos espaços colegiados.



Com relação ao indicador 9 do Instrumento de Autoavaliação Institucional, “a Instituição divulga seu regimento, portarias, resoluções, ordens de serviço e demais regulamentações do IFRS”, observa-se que 63% dos participantes avalia que concorda ou concorda totalmente. 13% julga discordar ou discordar totalmente, e 25% manifesta-se por não concordar nem discordar. Esses dois últimos índices remetem a uma ação pontual de divulgação e discussão desses documentos que orientam a missão e os processos institucionais.

5.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2012-2013

A CPA e SPAs, ao promoverem a autoavaliação nos câmpus e na Reitoria, contribuíram para a percepção sobre as possibilidades de participação da comunidade acadêmica, bem como de sua inclinação a participar de comissões, conselhos, dentre outros. Observa-se um crescimento nas avaliações positivas em

relação à participação na gestão. Pode-se apontar como ações de superação para 2013:

- Consolidar a implementação do Regimento dos câmpus;
- Garantir a participação da sociedade civil organizada em conselhos representativos;
- Ampliar e qualificar os canais de divulgação, para que um maior conjunto de pessoas seja informada das ações executadas pelos conselhos e órgãos colegiados;
- Implementar uma política institucional de apoio aos Diretórios Acadêmicos;
- Qualificar ainda mais o processo de divulgação das portarias, regimentos e ordens de serviços;
- Ampliar os mecanismos de participação da comunidade acadêmica nos processos de gestão e organização da instituição, a fim de tornar mais horizontal e democrático o seu funcionamento e/ou desenvolvimento.

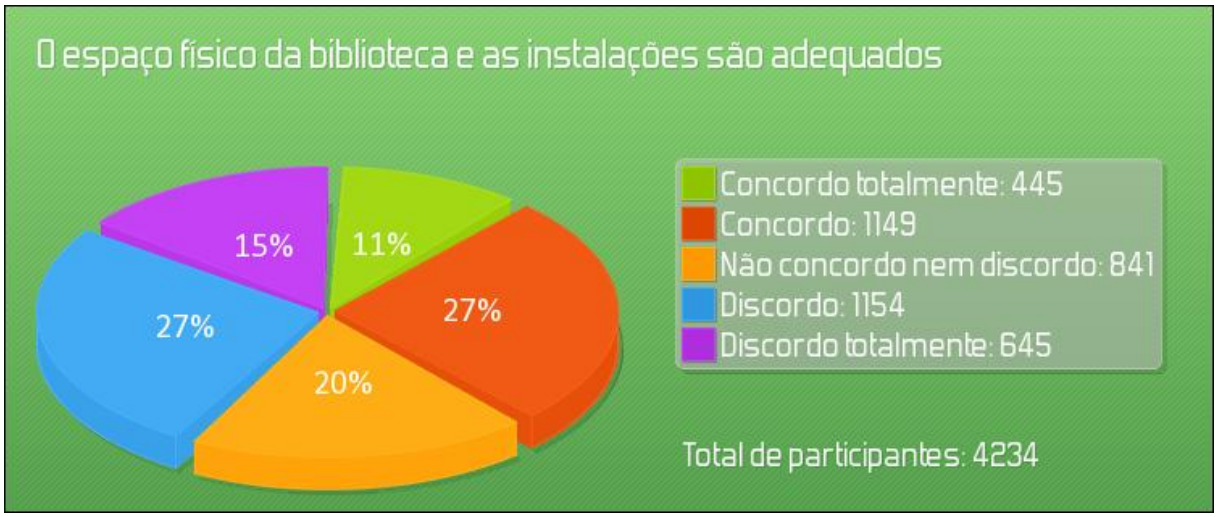
6. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

6.1INSTALAÇÕES GERAIS DO IFRS

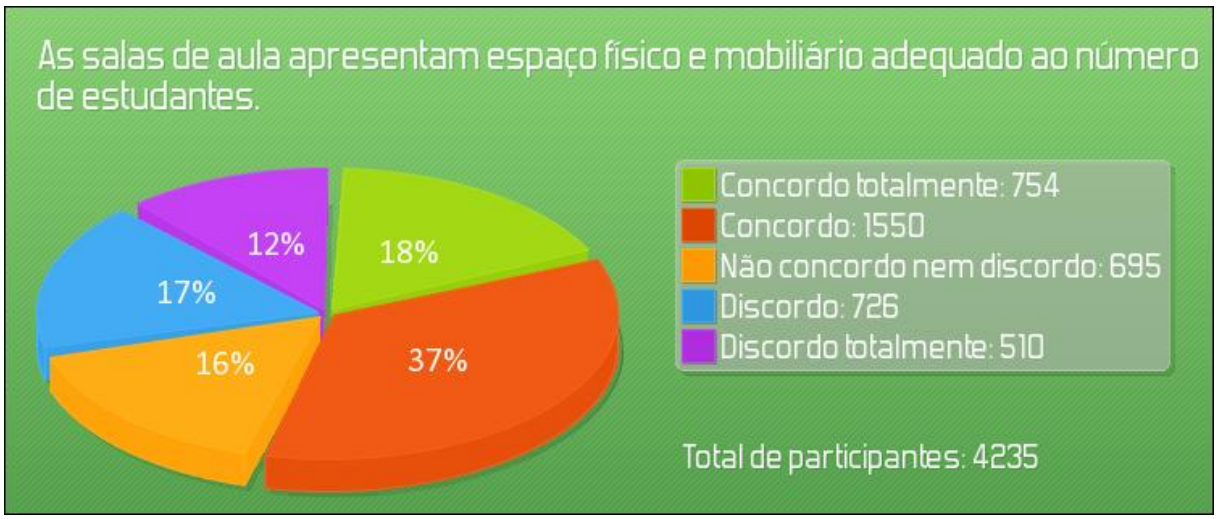
Os dados e a análise aqui apresentados referem-se à Dimensão 7 do SINAES.

As instalações gerais do IFRS podem ser analisadas pelos resultados dos indicadores 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do instrumento de avaliação institucional, conforme segue:

A análise dos resultados demonstra que apenas 37% dos participantes da avaliação institucional *online* concorda plamenamente ou concorda que o acervo do IFRS tem qualidade e quantidade de livros na biblioteca adequados (indicador 10 do instrumento de autoavaliação institucional). 22% não concordam ou discordam. O resultado de 41% que responderam que discordam ou concordam totalmente supera a percepção positiva. Embora a avaliação positiva apresetne um modesto crescimento em relação á 2011, ainda permanece a indicação de que o IFRS e seus câmpus precisam continuar investindo na aquisição das obras necessárias, tanto no que se refere a quantidade quanto à qualidade no acervo.



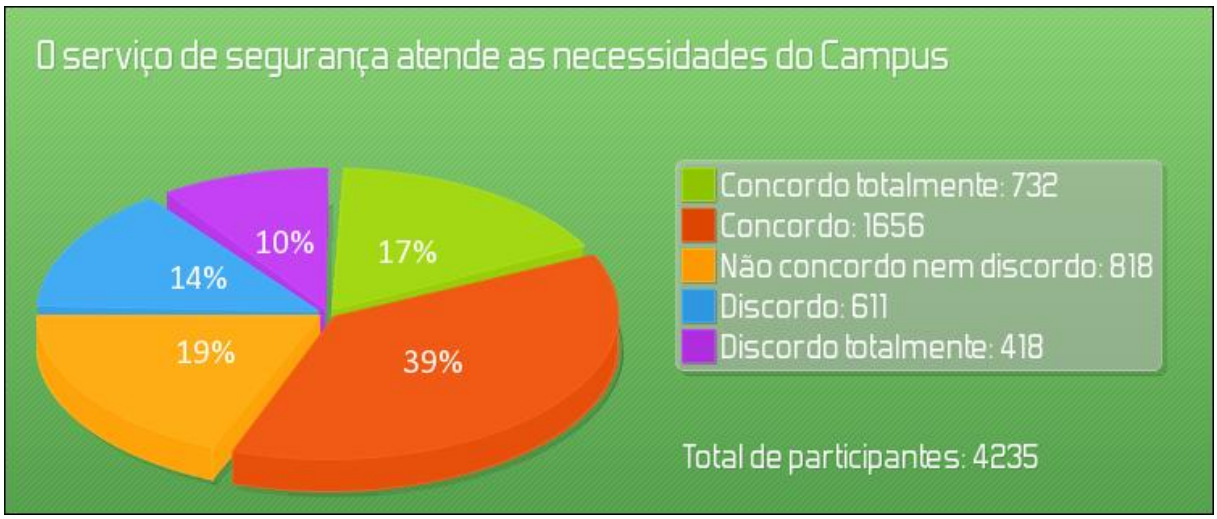
No indicador 11 do instrumento de Autoavaliação Institucional, “o espaço físico da biblioteca e as instalações são adequados”, observa-se que o percentual de pessoas que discordam e que concordam se equivalem, ou seja 27% igualmente. Apenas 11% referem concordar totalmente. 15% dizem discordam totalmente em relação ao espaço físico e instalações da biblioteca. 20% manifesta nem concordar nem discordar. No entanto, associado aos índices de insatisfação, somam-se 62% da população respondente. Esse número é preocupante e remete a necessidade de redimensionamento dos espaços da biblioteca dos câmpus.



Com relação ao indicador 12 do Instrumento de Autoavaliação Institucional, “as salas de aula apresentam espaço físico e mobiliário adequado ao número de estudantes”, percebe-se que 55% dos respondentes indica concordar ou concordar plenamente, sendo que 29% discorda ou discorda totalmente, seguidos por 16% que afirmam não concordar nem discordar. Observa-se que a satisfação em relação aos

espaços e mobiliário de sala de aula, decresceu em relação a 2011. Tais números podem ser gerados pelo atraso nas obras de alguns câmpus (Caxias do Sul, Osório e Restinga).

Nas respostas relativas ao indicador 13 do mesmo instrumento “o serviço de higienização atende as necessidades do câmpus”, 60% apontam concordar ou concordar totalmente, sendo que 22% apontam discordar ou discordar plenamente. Apenas 18% posicionam-se em não concordo nem discordo.

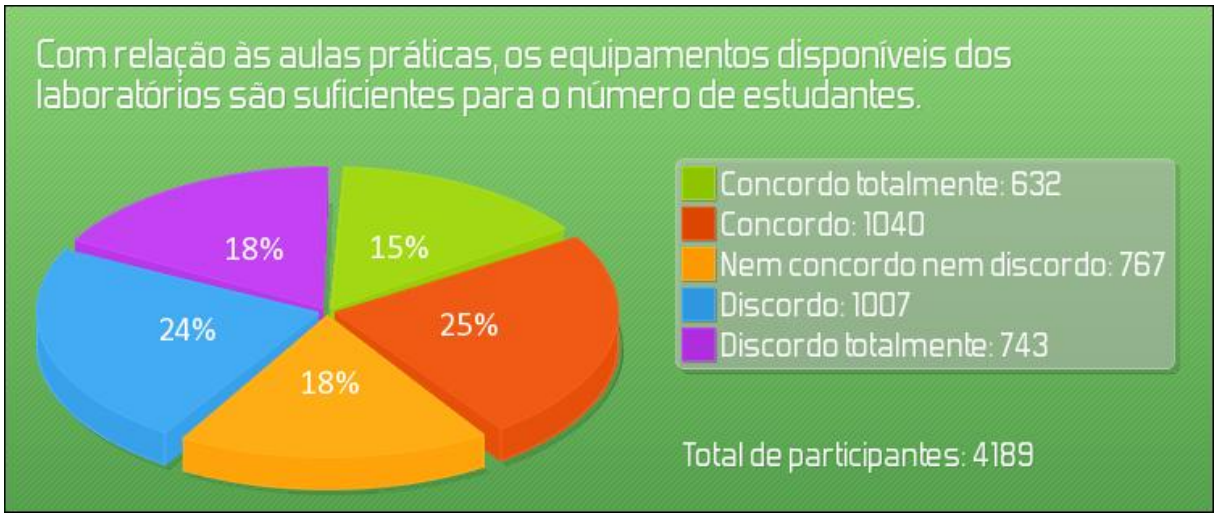


Com relação ao indicador 14 do mesmo Instrumento, “O serviço de segurança atende as necessidades do Câmpus”, 56% dos respondentes manifestaram concordar ou concordar totalmente. 19% manifestaram nem concordar nem discordar e apenas 24% discordam ou discordam totalmente. Esses percentuais

indicam uma queda na satisfação em relação ao serviço de segurança nos campus e Reitoria.

Por fim, no indicador 15 do Instrumento de Avaliação Institucional, “local adequado para atividades do professor (estudos, atendimento ao aluno, planejamento das aulas, atividades de pesquisa e extensão)”, identifica-se 47% dos participantes entre os critérios concordo ou concordo plenamente, 25% que discordam ou concordam totalmente e 29% que não concorda e não discorda. Tais números indicam um aumento na insatisfação em relação aos espaços de trabalho para os docentes em comparação com os resultados de 2011. Pode-se levantar a hipótese da mesma causa relativa ao atraso das obras em alguns câmpus já citados anteriormente.

Ainda na Dimensão 7 do SINAES, o instrumento de avaliação de cursos do IFRS conta com o indicador 3, que avalia as condições dos laboratórios específicos dos cursos, conforme segue:



Analisando os dados da avaliação institucional *online*, observa-se que 40% dos alunos indicam que concordam ou concordam plenamente com a qualidade, e disponibilidade de equipamentos para as aulas práticas. No entanto, essa percepção é superada por 42% de estudantes que referem discordar ou discordam totalmente, acrescidos de 18% que nem concordam e nem discordam. Esses dados remetem para a necessidade premente de conclusão e/ou implantação de laboratórios equipados com capacidade para acolher com qualidade todos os estudantes.

6.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2012-2013

A análise dos resultados da autoavaliação do IFRS permite verificar que a instituição ainda apresenta muitas dificuldades em relação à infraestrutura: atraso de obras para os câmpus novos que ainda permanecem nas sedes provisórias ou se instalaram nas novas sedes, ainda que em fase de acabamento e em condições inadequadas ou precárias, reforma dos câmpus mais antigos, falta de laboratórios, problemas de ventilação nas salas, espaço físico, acervo e informatização das bibliotecas, falta de espaço físico adequado às atividades de pesquisa, falta de espaço físico para trabalho dos docentes, dentre outros.

7. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os dados apresentados neste item referem-se à Dimensão 8 do SINAES.

7.1 SPAS E CPA: AUTOAVALIAÇÃO

Em 2011 a CPA, juntamente com as SPAs, implementaram um processo de discussão dos resultados da Autoavaliação de 2011, envolvendo a Reitoria, as Direções dos câmpus e a comunidade interna em geral. Além de buscar contribuir com a implementação de ações de superação, a CPA/SPA teve como objetivo fomentar a cultura da avaliação institucional, construindo um significado institucional para os processos avaliativos na sua relação com a gestão.

Conforme o cronograma definido para 2012 no Programa Institucional de Autoavaliação do IFRS (PAIIFRS), os resultados da avaliação institucional constituíram subsídio para a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, bem como para a maioria dos câmpus.

Sendo assim, pode-se destacar dois importantes avanços nos processos de autoavaliação institucional do IFRS:

- a conclusão do Programa Institucional de Autoavaliação do IFRS, que passa a ser constituído pelos instrumentos de autoavaliação institucional, avaliação docente, avaliação de curso, autoavaliação discente, avaliação do egresso e avaliação pela comunidade externa, com implantação gradativa até 2013.
- o aprimoramento de um sistema de autoavaliação junto ao setor de Tecnologia do IFRS, de forma a contribuir e agilizar a sistematização dos dados coletados junto à comunidade interna.

7.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS

Considerando que o IFRS é uma instituição que se constituiu em 2008, a implantação dos cursos de graduação ainda está em processo. Conforme demonstra

o quadro abaixo, dos 26 cursos de graduação da instituição, apenas 11 participaram do ENADE, e como não tinham ingressantes e concluintes, estão sem conceito, com exceção do Curso de Licenciatura em Matemática e Curso Superior de Tecnologia em Alimentos (câmpus Bento Gonçalves), que obtiveram Conceito de Curso 4, respectivamente em 2010 e em 2011. O IGC do IFRS é 4, o que indica que a Instituição caminha para a excelência.

CURSOS COM AVALIAÇÃO EXTERNA - EM 2012		
CÂMPUS	**CURSO**	**CONCEITO DE CURSO**
Bento Gonçalves	CST em Alimentos	4
	Licenciatura em Física	3
	CST Viticultura e Enologia	4
	CST em Logística	4
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
Sertão	CST em Gestão Ambiental	3
	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	3
Porto Alegre	CST em Gestão Ambiental	4
	CST em Processos Gerenciais	4
Rio Grande	CST em Construção de Edifícios	3
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3

7.3 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SINAES/MEC

Ao longo dos anos de 2011 e 2012, os câmpus estão se preparando para atender às dimensões e indicadores definidos pelos SINAES. Para tanto, foram

realizadas reuniões com docentes e alunos. Os câmpus que já receberam comissões de avaliadores externos vêm orientando suas ações na perspectiva de superação das fragilidades apontadas, como é o caso do câmpus Bento Gonçalves e câmpus Sertão.

Cabe destacar que o IFRS tem uma dificuldade pontual em relação ao ENADE e aos indicadores que daí advém: uma em relação ao próprio Ciclo do SINAES, que por sua periodicidade e frequência de ingresso dos estudantes talvez não possam lograr de participação integral ou parcial (de integrantes ou concluintes), o que não permitirá a definição dos indicadores e conceitos do próprio curso e da instituição.

7.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2012-2013

No âmbito da Avaliação Institucional, cabe à CPA e às SPAs o esforço para consolidação da proposta e da cultura de Autoavaliação Institucional. As primeiras experiências de avaliação instituiconal multicâmpus, embora tenham representado um grande desafio, foram consideradas exitosas, principalmente no que se refere à participação da comunidade escolar e acadêmica no processo de avaliação institucional *online*. No entanto, apesar de todo investimento no processo de divulgação e sensibilização realizados em 2011 e 2012, cabe definir algumas ações de superação no âmbito da avaliação institucional para 2013:

- Sensibilizar as novas Direções de câmpus para completa adesão ao Programa de Autoavaliação;
- Fortalecer as ações de sensibilização para participação dos estudantes nas avaliações externas;
- Ampliar os espaços de sensibilização e capacitação das Direções e Coordenadores de Cursos para as avaliações externas do SINAES, considerando que muitos cursos de graduação ainda devem entrar em processo de Reconhecimento de Cursos;
- Ampliar a divulgação, pelas SPAs, dos indicadores e critérios definidos pelo SINAES para as avaliações externas;
- Contribuir para a implementação da Ouvidoria;

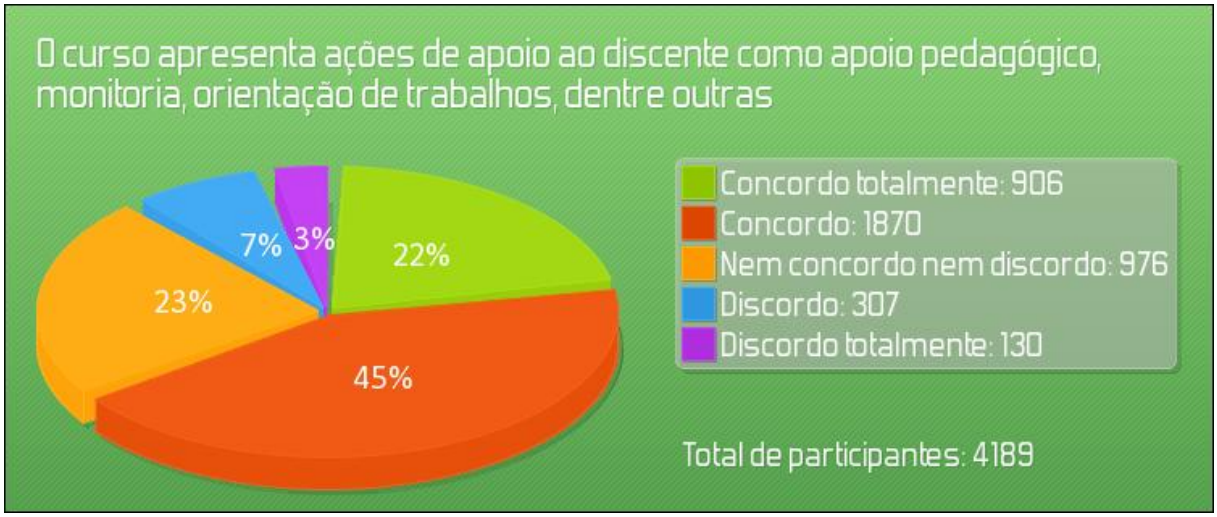
- Implementar o Programa de Avaliação e Acompanhamento de Egressos vinculado ao Programa de Avaliação Institucional e de forma unificada no IFRS, conforme previsto do PAIIFRS;
- Consolidar as ações de Metaavaliação do Programa de Avaliação Institucional e definição de adequações do mesmo.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Os dados apresentados e analisados nesse item referem-se à Dimensão 9 do SINAES.

8.1 Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados

O indicador 6 do instrumento de avaliação de cursos é uma importante referência para a análise da implementação das políticas de permanência dos estudantes no IFRS, conforme gráfico abaixo:



Os resultados da manifestação dos estudantes em relação ao indicador 6 do instrumento de avaliação de cursos do IFRS – “O curso apresenta ações de apoio ao discente como apoio pedagógico, monitoria, orientação de trabalhos, dentre outras”, indica que 67% desses concordam ou concordam plenamente com a existência dessas ações. Tais resultados, ampliando os números de 2011, podem indicar que o IFRS vem ampliando as ações de apoio à permanência dos estudantes em seus cursos. No entanto, há que se ressaltar que 33% dos estudantes que participaram da avaliação institucional encontram-se entre os que nem concordam nem discordam, discordam ou discordam totalmente, indicando uma parcela

importante desse segmento que não se sente atingido por essas ações. A ampliação dessas ações é fundamental para que a instituição cumpra o plano de metas no que se refere à eficiência e eficácia da permanência.

Um avanço apresentado em 2012 refere-se à implantação de cotas de inclusão indicados no relatório de autoavaliação 2011. Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados.

O Programa de autoavaliação do IFRS em 2011, prevê a implantação da avaliação de egressos a partir de 2013/02.

8.2 Ações de superação 2012-2013

A avaliação da dimensão 9 do SINAES permite verificar que, apesar de ter avançado significativamente, o IFRS necessita consolidar a política de atendimento aos estudantes. Questões como políticas de acesso, inclusão e apoio à permanência precisam se ampliadas e consolidadas, respeitando as característica e necessidades específicas de cada câmpus e do IFRS em geral.

9. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta dimensão volta-se para a sustentabilidade financeira apresentada pela instituição. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como uma instituição pública e federal busca a inserção no meio social garantindo o aprimoramento da cidadania, conhecimento e colocação no mercado de trabalho. Para cumprir este papel conta com recursos específicos que são inteiramente voltados para a educação no IFRS.

Com estes recursos o Instituto Federal do Rio Grande do Sul procura formular ações que consigam cumprir, e mesmo superar, o Plano de Desenvolvimento institucional assim como o Termo de Metas. Para acompanhamento destes aspectos, destacamos os seguintes indicadores:

No ano de 2012 o Instituto Federal do Rio Grande do Sul apresentou um orçamento total de R$ 193.754.184,00 (Cento em noventa e três milhões setecentos e cinquenta e quatro mil cento e oitenta e quatro[2]). Nota-se que segundo os métodos de cálculo para Indicadores de Gestão – EPT determinados no Acordo 2.267/2005-TCU, o total de investimentos e inversões financeiras foi destinado especificamente:

Reitoria	R$ 120.358.174,14
Câmpus Farroupilha	R$ 2.933.410,68
Câmpus Feliz	R$ 1.108.293,23
Câmpus Ibirubá	R$ 4.728.653,32
Câmpus Bento Gonçalves	R$ 7.814.347,76
Câmpus Canoas	R$ 4.316.191,05
Câmpus Caxias do Sul	R$ 4.895.316,85
Câmpus Erechim	R$ 8.291.757,42
Câmpus Osório	R$ 2.064.972,80
Câmpus Porto Alegre	R$ 5.469.438,89
Câmpus Restinga	R$ 2.853.852,01
Câmpus Rio Grande	R$ 7.899.302,17
Câmpus Sertão	R$ 10.384.169,18

Salienta-se que do montante de recursos de capital, estão contabilizados R$ 12.897.115,00 que foram recebidos de créditos extraordinários, os quais foram

[2] Dados obtidos pelo Setor de Contabilidade do IFRS.

bloqueados pela SOF, sem possibilidade de utilização desse orçamento pelo IFRS em 2012.

Seguindo nesta análise, podemos observar um significativo investimento em pessoal, investimento este objetivando sanar as necessidades que surgem junto ao crescimento e desenvolvimento da instituição. Assim, no ano de 2011 o investimento em pessoal foi de R$ 95.011.738,00 (Noventa e cinco milhões onze mil setecentos e trinta e oito) para R$ 109.368.349,00 (Cento e nove milhões trezentos e sessenta e oito mil trezentos e quarenta e nove) em 2012.

Conforme citado, a ampliação e desenvolvimento do Instituto Federal do Rio Grande do Sul também respaldaram no aumento do investimento em custeio, passando de R$ 31.503.43,00 (Trinta e um milhões quinhentos e três mil e quarenta e três) no ano de 2011 para R$ 38.686.353,77 (Trinta e oito milhões seiscentos e oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e três com setenta e sete) no ano de 2012, respectivamente:

Reitoria	R$ 11.657.169,34
Câmpus Farroupilha	R$ 1.814.296,31
Câmpus Feliz	R$ 481.813,60
Câmpus Ibirubá	R$ 2.767.647,84
Câmpus Bento Gonçalves	R$ 4.173.018,68
Câmpus Canoas	R$ 1.485.424,22
Câmpus Caxias do Sul	R$ 1.401.323,47
Câmpus Erechim	R$ 1.243.932,21
Câmpus Osório	R$ 990.710,73
Câmpus Porto Alegre	R$ 3.822.593,88
Câmpus Restinga	R$ 1.171.926,24
Câmpus Rio Grande	R$ 2.905.984,54
Câmpus Sertão	R$ 4.770.512,71

9.1 Compatibilidade entre o termo de metas e a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de acervo, de equipamentos e materiais

No ano de 2012, segundo informações da contabilidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, não houve uma ação especifica para acervo bibliográfico. O orçamento recebido foi dividido em um montante único para os diversos câmpus que

assim determinaram os gastos com o acervo bibliográfico para cumprimento do Termo de Ação de Metas.

9.2 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo

Para capacitação foi disponibilizado na Lei Orçamentária Anual - LOA, o montante de R$ 903.609,00 (Novecentos e três mil seiscentos e nove), em detrimento ao ano de 2011, em que foi destinado R$ 407.178,18 (Quatrocentos mil cento e setenta e oito com dezoito). Recebemos também crédito suplementar de R$ 157.778,00 decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Do montante disponibilizado, foram empenhados R$ 242.000,00 (Duzentos e quarenta e dois mil) para atender ao curso de doutorado em educação, oferecido a 16 servidores do IFRS e R$ 441.194,43 (Quatrocentos e quarenta e um mil cento e noventa e quatro com quarenta e três) para atender a capacitação dos demais servidores.

Alguns cursos ofertados: curso de Gestão Pública, com a utilização do ambiente virtual, cursos de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia; Gestão e Fiscalização de Contratos, Contratação de Bens e Serviços de TI, a Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão, Curso SIAPE Cadastro e SIAPE Folha, Retenção de Tributos, com turmas fechadas que contemplaram a participação de servidores de todos os Câmpus do IFRS. Também houve a participação de servidores em cursos de Elaboração do Plano Anual de Capacitação; de Gestão de Pessoas – Fundamentos e Tendências; Gestão por Competências; Auditoria e Controles Internos Governamentais; Aposentadorias e Pensões; Reforma da Previdência; Metodologia e Planejamento de Auditoria de Riscos; na IX Semana de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas; no 5º Congresso Internacional de Inovação – Economia Criativa – Ideias e Ideias Gerando Riquezas, dentre outros.

9.3 Alocação de recursos para apoio discente

Na ação governamental destinada especificamente a assistência ao educando, foi disponibilizado R$ 3.711.123,00 (Três milhões setecentos e onze mil

cento e vinte e três) sendo empenhados R$ 3.241.798,83 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e oito mil e oitenta e três centavos). Para atendimento da demanda de ensino e cumprimento das metas, observamos aumento na disponibilização de recursos em relação ao ano de 2011, que correspondeu a R$ 2.353.85, 63 (Dois milhões trezentos e cinquenta e três mil e oitenta e cinco com sessenta e três). Este aumento, também se demonstrou importante tendo em vista a ampliação do numero de alunos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

9.4 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ensino básico, técnico, superior e de pós-graduação

No ano de 2012, conforme já citado foram disponibilizados R$ 3.711.123,00 (Três milhões setecentos e onze mil cento e vinte e três) para assistência ao aluno. Destacamos que na matriz CONIF, estava destinado a EAD – Educação a distancia - o montante de R$ 354.000,00 (Trezentos e cinquenta e quatro mil) – em comparação aos R$ 268.548,00 (Duzentos e sessenta mil quinhentos e quarenta e oito) do ano de 2011. Esse valor fez parte da LOA sem ação governamental específica que possibilita o rastreamento de quanto efetivamente foi utilizado para essa finalidade.

Os câmpus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul demonstram necessidade de ampliação de investimentos para poderem suprir demandas em relação a cursos de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado tendo em vista a complexidade necessária para abertura do oferecimento dos mesmos.

9.5 Ações de superação 2012-2013

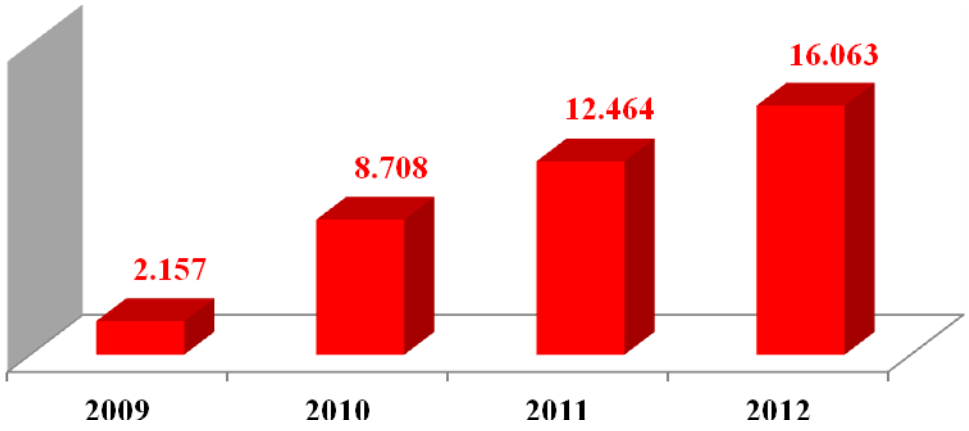
O IFRS recebeu créditos orçamentários provenientes de termos de cooperação, o montante de R$ 11.742.130,68 (Onze milhões, setecentos e quarenta e dois mil, cento e trinta reais) sendo R$ 4.658.810,22 (Quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e dez reais e vinte e dois centavos) destinados a outras despesas correntes e R$ 7.083.320,46 (Sete milhões oitenta e três mil trezentos e vinte com quarenta e seis) destinados a investimento e inversão financeira. Esses recursos foram utilizados para:

- Projeto Mulheres Mil

- Obras e equipamentos
- Fórum Mundial de Educação
- Implantação PROEJA FIC
- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Programa E-Tec Brasil
- Capacitação
- Aquisição de imóveis
- Projeto de Acessibilidade virtual

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul ainda enfrenta problemas quanto a atrasos em obras, descontentamento demonstrado tanto no relatório de autoavaliação do ano anterior quanto no presente. Conforme os anos anteriores, o Instituto Federal permanece, apesar dos problemas supracitados, ampliando seu número de alunos:

Gráfico Aluno/Ano



Fonte: SIMEC, SISTEC e Pesquisa Institucional/IFRS

As vagas ofertadas, no ano de 2012, mantiveram-se relativamente iguais as do ano anterior, com sensível redução de 6.637 vagas em 2011 para 6.339 vagas em 2012. Seu oferecimento ficou subdividido:

Reitoria	**ND**
Câmpus Farroupilha	660
Câmpus Feliz	80
Câmpus Ibirubá	802
Câmpus Bento Gonçalves	501
Câmpus Canoas	116
Câmpus Caxias do Sul	220

Câmpus Erechim	521
Câmpus Osório	610
Câmpus Porto Alegre	949
Câmpus Restinga	390
Câmpus Rio Grande	904
Câmpus Sertão	586

Fonte: SIMEC, SISTEC e Pesquisa Institucional/IFRS

A média total de candidatos por vagas oferecidas foi de 6,64 no ano de 2012. A média por câmpus foi:

CÂMPUS	MÉDIA DE CANDIDATOS POR VAGA
BENTO GONÇALVES	5,66
SERTÃO	4,45
FELIZ	1,23
RIO GRANDE	6,96
PORTO ALEGRE	16,32
CAXIAS DO SUL	6,99
IBIRUBÁ	1,31
ERECHIM	5,36
FARROUPILHA	0,78
CANOAS	38,59
RESTINGA	7,35
OSÓRIO	2,52

No presente relatório também apresentamos os seguintes cursos que foram - ou estão em processo imediato – de implantação no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

CÂMPUS	CURSO	IMPLANTADO
Canoas	Técnico em Eletrônica-Integrado ao Ensino Médio (em processo de aprovação).	✓
Canoas	Licenciatura em Matemática (Resolução 116/2012)	Previsão de oferta 2013/2
Erechim	Design de Moda (aprovado pela Resolução nº 85, de 19 de outubro de 2011).	✓
Erechim	Técnico em Finanças-Subsequente ao Ensino Médio.	✓
Erechim	Técnico em Logística-Subsequente ao Ensino Médio	✓

Osório	Técnico em Guia de Turismo- Subsequente a distância E-tec. (Em processo de aprovação)	✓
Restinga	Tecnologia em Gestão Desportiva e Lazer (Resolução nº 97, de 07 de novembro de 2012).	Funcionamento previsto para 2013/2.
Porto Alegre	Especialização *Lato Sensu* em Saúde Mental: Gestão, Atenção, Controle Social e Processos Educacionais (Resolução nº 12 de 30 de março de 2012).	Funcionamento autorizado a partir de 2012/1
Rio Grande	Técnico em Fabricação Mecânica Subsequente (Em processo de aprovação).	✓
Rio Grande	Especialização em Mídias na Educação (Resolução nº 118/2012)	Funcionamento autorizado a partir de 2013/1
Sertão	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	✓

O ano de 2012 foi marcado por um período prolongado de reinvindicações grevistas o que, por um lado, dificultou a finalização em termo de projetos. Entretanto, as reivindicações versavam sobre melhoras e aprimoramentos em questões essenciais para o Instituto Federal. Em 2013, muitos projetos serão finalizados – mesmo os iniciados em 2012 – objetivando ações de superação que complementem impedimentos surgidos devido a problemas especificamente internos e mesmo versando sobre o período de reinvindicações grevistas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2012 houve eleição para a CPA e SPA do IFRS. No entanto, observa-se que, com todos as mudanças os processos de autoavaliação vêm se consolidando, assim como todos os processos acadêmicos e administrativos dessa ainda jovem instituição.

À CPA juntamente com as SPA dos câmpus cabe continuar a realizar o processo de sensibilização para a participação efetiva dos atores institucionais, bem como com a estreita relação entre a avaliação e os processos de gestão.